



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
GRADUAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR EM TURISMO**

RAFAEL TAIRONE SAUAN LUZ SERAFIM

**TURISMO LGBT:
Por outros olhares que vão além de uma visão
econômica/mercadológica**

**BRASÍLIA-DF
2017**

RAFAEL TAIRONE SAUAN LUZ SERAFIM

**TURISMO LGBT:
Por outros olhares que vão além de uma visão
econômica/mercadológica**

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da Universidade de Brasília – UnB, como parte das exigências à obtenção do grau de Bacharel em Turismo, sob orientação da Profa. Ma. Livia Cristina Barros da Silva Wiesinieski.

**BRASÍLIA-DF
2017**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
GRADUAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR EM TURISMO**

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da Universidade de Brasília – UnB, como parte das exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

**TURISMO LGBT:
Por outros olhares que vão além de uma visão
econômica/mercadológica**

RAFAEL TAIRONE SAUAN LUZ SERAFIM

Brasília-DF, 06 de Dezembro de 2017

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª M^a Lívia Cristina Barros da Silva Wiesinieski (CET/UnB)

Avaliadora Interna: Prof^ª Dr^a Iara Lúcia Gomes Brasileiro (CET/UnB)

Avaliadora Externa: Prof^ª Dr^a Tatiana Lionço (Psicologia/UnB)

Suplente: Mestra Ágatha Rita Dorotéia Tavares Guerra (UnB)

AGRADECIMENTOS

Às Deusas e Deuses do Universo, a Jesus e a todas as forças espirituais de luz que me abençoam, tornando-me um ser eclético e ecumênico, sempre em relação de respeito com o Universo Espiritual e com a Mãe Natureza;

aos ancestrais mais antigos, por representarem uma parte de minha constituição genética, simbólica e social nesse Universo;

a meus avós paternos, pois me proporcionaram uma educação de qualidade e à iniciativa de minha mãe, Vitória, sempre se preocupando com a educação dos filhos;

a meus avós maternos, com os quais tive uma relação maior e mais próxima de afeto;

a meus pais, por me trazerem ao mundo, por meio de laços cármicos de outra (s) vida (s), afinal, para quem crê numa perspectiva reencarnacionista, sempre há o intuito de buscarmos uma evolução espiritual aqui nesse plano inferior, de provas e expiações;

à minha irmã Patrícia e aos familiares mais próximos que torcem por mim, pelo meu crescimento pessoal, acadêmico e profissional;

a tantos colegas, conhecidos e amigos que me auxiliaram, de algum modo, ao longo da minha vida; em especial, à amiga Daniele Florence que, gentilmente, fez o *Abstract* deste Trabalho de Conclusão de Curso - por sinal, ela sempre me salva nos *Abstracts* da vida...;

a alguns parentes e algumas pessoas que não torcem por mim, pois verão, de alguma forma, algum dia, o meu brilho e muitas conquistas que ainda terei na vida;

a algumas (ns) professoras (es) maravilhosas (os) que tive o prazer de ser aluno, ao longo da Graduação em Turismo pela Universidade de Brasília; também, durante o meu Bacharelado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia e durante o Ensino Fundamental e Médio, em outras instituições;

à minha orientadora, Profa. Mestra Lívia Cristina Barros da Silva Wiesinieski, pela paciência que teve com minha agenda apertada e pela flexibilidade que me proporcionou, ao me dar liberdade na escrita do meu Trabalho de Conclusão de Curso;

às Professoras Iara Brasileiro e Tatiana Lionço que, gentilmente, aceitaram fazer parte de minha banca e foram mestras importantes para minha formação acadêmica; e à Ágatha Guerra, por também ter me avaliado na banca, tecendo considerações relevantes acerca do meu Trabalho de Conclusão de Curso;

a todas (os) as (os) cidadãs (ãos), militantes ou não LGBT's, que perderam as suas vidas ou sofreram agressões, mutilações, violências físicas ou verbais devido a severas (e ainda presentes nas sociedades contemporâneas) intolerâncias quanto à diversidade/identidade/expressão/performance de gênero e orientação sexual.

RESUMO

O Turismo LGBT é uma temática que possui um amplo espectro de discussões que podem ser feitas não somente no âmbito econômico/mercadológico, mas também, por uma perspectiva social e de direitos humanos; cultural ou por outros vieses de análise. O objetivo principal deste trabalho foi entender o turismo e a diversidade de gênero e orientação sexual. Para isso, inicialmente, precisou-se utilizar a técnica de análise bibliográfica, para um conhecimento prévio e desenvolvimento de um importante arcabouço teórico referente aos estudos de gênero, sexualidade, movimentos feministas, movimentos LGBT's, Turismo LGBT e outros assuntos relacionados. Em seguida, por meio da técnica de análise documental, fez-se a consulta sobre o que existiu/existe ou não existe em termos de políticas públicas e direitos humanos em relação aos LGBT's e/no (o) turismo. Logo depois, foi utilizado como *corpus* o Portal Google Acadêmico, para verificar as ocorrências de publicações científicas que abordassem a temática acerca do Turismo LGBT, pelo método qualitativo, num pequeno número de amostragem. Após este mapeamento, partiu-se para a última etapa da pesquisa: a criação de categorias de análise e aplicação da técnica de análise de conteúdo, para constatar se, de fato, a gênese das publicações coletadas tinha um direcionamento maior para os aspectos econômicos e mercadológicos do Turismo LGBT ou se assumia um posicionamento mais social, numa perspectiva de discussão sobre políticas públicas e direitos humanos para LGBT's e/no (o) turismo ou se havia uma inclinação para outros tipos de olhares.

Palavras-chave: Turismo, Diversidade de Gênero e Orientação Sexual. Turismo LGBT. Políticas Públicas e Direitos Humanos para LGBT's e/no (o) turismo. Outros olhares.

ABSTRACT

LGBT Tourism is a theme with a wide spectrum for discussions which can be made not only under an economic/marketing scope, but also under social and human rights perspectives, besides cultural and other scopes of analyses. This work aims at understanding the relation between tourism, gender diversity and sexual orientation. At the start, it was necessary to utilize a bibliographic analysis to acquire previous knowledge and to develop an important theoretical framework on Gender Studies, Sexuality, Feminism, LGBT Tourism and Movements, besides other subjects related to LGBT Movements. After that, using document analysis technique, a consultation was made about what exists and existed or what doesn't exist in terms of public policy and human rights concerning LGBT people and inside the Tourism area. Then, Google Scholar was used as a corpus in order to verify the occurrences of scientific publications about this specific theme: LGBT Tourism, using a qualitative method, in a small number of samplings. After the mapping, the last part of the research started: the creation of categories for analysis and the application of the content analysis technique, in order to verify if – in fact – the genesis of the publications collected were related widely to economic/marketing aspects of LGBT Tourism or if their position was more related to social issues, discussing about public policy and human rights for LGBT people or Tourism area or if they were inclined to look through a different perspective.

Key-words: Tourism, Gender Diversity and Sexual Orientation; LGBT Tourism; Public Policies and LGBT rights inside Tourism; Other views.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
AIDS	Acquired Immunodeficiency Syndrome
BSH	Brasil Sem Homofobia
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
EUA	Estados Unidos da América
GA	Google Acadêmico
GLBS	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Simpatizantes
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
GLBTT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GLTB	Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais
GLTTB	Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais
HIV	Human Immunodeficiency Virus
ISBN	International Standard Book Number
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis e Transexuais
LGBTTS	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Simpatizantes
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
MinC	Ministério da Cultura
MTur	Ministério do Turismo
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNT	Plano Nacional de Turismo
SISTUR	Sistema de Turismo
STF	Superior Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Mapeamento referente ao Turismo LGBT no Google Acadêmico – Parte 1	62
Tabela 2.	Mapeamento referente ao Turismo LGBT no Google Acadêmico – Parte 2	63

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Cursos de Mestrado e Doutorado em Turismo recomendados e reconhecidos	64
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
Objetivo Geral	12
Objetivos Específicos	12
1 GÊNERO, SEXO E DESEJO.....	15
1.1 Gênero	15
1.2 Feminismos.....	20
1.3 Breve histórico sobre o Movimento LGBT e outras dissidências	22
2 TURISMO, SEGMENTAÇÃO, PINK MONEY E TURISMO LGBT	28
2.1 Segmentação do Turismo e SISTUR.....	29
2.2 Pink Money e o Turismo LGBT	31
3 POLÍTICAS PÚBLICAS: TURISMO E DIVERSIDADE DE GÊNERO (1ª PARTE DOS RESULTADOS OBTIDOS – PESQUISA DOCUMENTAL)	38
3.1 Políticas Públicas de Turismo	39
3.2 Direitos Humanos de LGBT’s no Brasil	4040
3.3 Plano Nacional de Turismo, Lei Geral do Turismo, outros documentos importantes e Turismo LGBT	54
4 PUBLICAÇÕES SOBRE TURISMO LGBT (2ª PARTE DOS RESULTADOS OBTIDOS – ANÁLISE DE CONTEÚDO)	6161
4.1 Mapeamento das publicações associadas à palavra-chave Turismo LGBT no Portal Google Acadêmico.....	6161
4.2 Análise de dados sobre o Mapeamento das publicações associadas à palavra-chave Turismo LGBT no Portal Google Acadêmico	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	7070

INTRODUÇÃO

De diversas maneiras, é possível se verificar os impactos de direitos sociais ainda não adquiridos pela comunidade LGBT (*Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros*), na vida dessas pessoas, nas suas constituições identitárias e nas suas representações simbólicas no mundo. E uma das áreas as quais os referidos estudos se relacionam é com o turismo. Os estudos acerca da diversidade de gênero vêm ganhando espaço acadêmico em todo o mundo. É um tema transversal, multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar a várias outras áreas do conhecimento científico.

A maioria dos trabalhos acadêmicos, pelo menos em língua portuguesa, parece analisar o Turismo LGBT por um viés meramente mercadológico, econômico, como um segmento turístico (embora ainda não oficializado pelo Ministério do Turismo – Mtur) promissor e que gera lucro. Por conta disso, suspeita-se que faltem discussões mais humanísticas, sociais, culturais, territoriais, de políticas públicas e direitos humanos em relação à interação entre LGBT's e/no (o) turismo no Brasil. Partindo-se desta hipótese, surgiu a necessidade de se investigar, de fato, se ela é procedente.

De que maneira é possível se pensar em um Turismo LGBT? Para isso, será necessário entender a forma pela qual os trabalhos acadêmicos abordam esta temática, para, então, serem propostos outros vieses de análise.

Esta pesquisa surgiu da necessidade de se verificar a maneira pela qual se discute, academicamente, a respeito do Turismo LGBT. Para, em seguida, se pensar em propor novos rumos e olhares, a partir de uma concepção humanística/social de turismo.

Nesse sentido, optou-se por utilizar um método qualitativo de análise. De acordo com Bastos Alves (2011, p. 605):

a pesquisa qualitativa tem por princípio as orientações filosóficas da fenomenologia e da dialética, com especificidade no estudo do comportamento humano e social, que se fundamenta na relação dinâmica entre o sujeito e o objeto. Valoriza a contradição do fato observado e a criatividade do pesquisador, cabendo-lhe descobrir o significado das ações e relações sociais. (BASTOS ALVES, 2011, p. 605).

Bastos Alves (2001) afirma que a metodologia de pesquisa aplicada ao turismo herda conceitos oriundos das Ciências Humanas e torna-se necessária para a compreensão de fenômenos socioculturais que terão sujeitos inseridos no processo e em contextos específicos. Assim, “as pesquisas qualitativas em turismo tendem a contribuir

tanto para um exercício reflexivo de novos conhecimentos quanto para a sua aplicabilidade nas diversas esferas do social” (BASTOS ALVES, 2011, p. 610).

Para Dencker (1998, p. 121), a metodologia é “a maneira concreta de realizar a busca do conhecimento, o que fazemos para adquirir o conhecimento desejado de forma racional e eficiente” (DENCKER, 1998, p. 121). Segundo a referida autora, “nesse contexto, o *método* é mais geral e abrangente e estabelece o *que* fazer enquanto as *técnicas* são o *como* fazer.” (DENCKER, 1998, p. 121, grifo da autora).

Esta pesquisa será de natureza exploratória. Para Dencker (1998, p. 124) “a *pesquisa exploratória* procura aprimorar idéias ou descobrir intuições. Caracteriza-se por possuir um planejamento flexível envolvendo em geral levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e análise de exemplos similares”. (SIC). (DENCKER, 1998, p. 124, grifo da autora).

As técnicas de pesquisa a serem utilizadas, aqui, são: bibliográfica, documental e análise de conteúdo. Segundo Dencker (1998, p. 125), a pesquisa bibliográfica é “desenvolvida a partir de material já elaborado: livros e artigos científicos”. Já a pesquisa documental “difere da pesquisa bibliográfica por utilizar material que ainda não recebeu tratamento analítico ou que pode ser reelaborado”. (DENCKER, 1998, p. 125).

A escolha do caminho metodológico visa atingir aos seguintes objetivos propostos:

Objetivo Geral

- Discutir o turismo e a diversidade de gênero e orientação sexual no Brasil, à luz das políticas públicas e da produção acadêmica.

Objetivos Específicos

- Identificar as políticas públicas que abordam o Turismo LGBT.
- Mapear as publicações de Turismo LGBT existentes no Portal Google Acadêmico.
- Analisar as temáticas propostas nos trabalhos a respeito do Turismo LGBT coletadas no Portal Google Acadêmico.

Na primeira parte da pesquisa, será feito um levantamento bibliográfico acerca da diversidade de gênero, orientação sexual, turismo, Turismo LGBT, movimentos feministas e LGBT's, dentre outras temáticas relacionadas.

Na segunda parte da pesquisa, que comporá a primeira parte dos resultados obtidos, com vistas a atingir o primeiro objetivo específico deste trabalho, será feita uma análise documental em relação à população LGBT e/no (o) turismo. Para isso, serão analisados: a Lei Geral do Turismo de 2008; alguns Decretos e Leis; algumas publicações oficiais do Ministério do Turismo, a saber: o documento que fala a respeito do Turismo Social, o Programa *Brasil Sem Homofobia* e uma Cartilha com recomendações para bem atender turistas LGBT's; os três Planos Nacionais de Turismo (o de 2003-2007; 2007-2010 e o de 2013-2016); a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural (instituída pelo Ministério da Cultura – MinC, atualmente com uma nova nomenclatura, como se verá adiante); os Programas Nacionais de Direitos Humanos – PNDH's (as três edições já ocorridas); e os relatórios das três Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Direitos Humanos de LGBT's.

Em seguida, na terceira parte da pesquisa, que comporá a segunda parte dos resultados obtidos, em relação à resposta para o segundo objetivo específico deste trabalho, será feita uma busca com a palavra-chave *Turismo LGBT* no portal Google Acadêmico – GA. Os critérios de busca utilizados no GA serão: apenas páginas em português; de qualquer período (sem especificar data); será marcada a opção “classificação por relevância”; e será desmarcada a opção de "incluir citações". A partir da quantidade de associações que serão disponibilizadas pelo GA, será retirada uma amostra que será analisada qualitativamente pela técnica de análise de conteúdo.

O *corpus* a ser analisado constituirá dos seguintes critérios pré-estabelecidos de coleta: apenas trabalhos que passaram por um rigor científico de análise, por exemplo, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos científicos e ensaios. Serão, também, considerados livros publicados com ISBN - *International Standard Book Number*. Ainda assim, serão retiradas para análise apenas as amostras que tenham uma referência clara, segura e científica quanto à entidade, instituição ou editora em que foram publicadas. Será feita uma triagem em ordem de visualização das ocorrências encontradas no GA, ou seja, serão os primeiros trabalhos obtidos.

Serão estabelecidos alguns critérios de exclusão de amostras: matérias jornalísticas; resumos que não abordem a temática LGBT e/no (o) turismo ou que façam

menção a apenas uma destas categorias; e resumos de trabalhos acadêmicos, ainda que publicados em fontes confiáveis e científicas e que correspondam aos critérios aptos para serem selecionados, mas que não contiverem palavras-chaves neles.

A triagem amostral será analisada em relação ao conteúdo de seus resumos e palavras-chaves. Estes serão transpostos para uma matriz de avaliação composta pelos cinco critérios de recorte: título da publicação; tipo de publicação (Tese, dissertação, etc.); entidade, instituição ou editora; palavras-chave; concepção abordada.

A interpretação dos resultados utilizará a análise de conteúdo, para identificar o enfoque dado pelas publicações encontradas no GA, pelo método qualitativo e com a elaboração de categorias de análise. Segundo Bardin (1977, p. 153):

no conjunto das técnicas da análise de conteúdo, a análise por categorias é de citar em primeiro lugar: cronologicamente é a mais antiga; na prática é a mais utilizada. Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos. (BARDIN, 1977, p. 153).

Para a autora (1977, p. 117) “a *categorização* é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”. (BARDIN, 1977, p. 117).

Nessa terceira e última etapa deste trabalho, serão analisadas as tabelas com as amostras coletadas, com o intuito de responder ao problema desta pesquisa. Com isso, espera-se atingir o objetivo principal e os específicos deste trabalho.

1 GÊNERO, SEXO E DESEJO

As discussões sobre gênero são importantes para qualquer área do conhecimento científico. Inicialmente, quando do surgimento desta expressão, essa questão é vista de uma perspectiva biológica, na qual são atribuídos papéis sociais a homens e mulheres, com uma “justificativa” de que tais associações se referem às constituições físicas e comportamentais de ambos. Assim, determinadas funções passam a ser consideradas como pertencentes ao signo feminino e outras, ao signo masculino. Mais adiante, com o passar dos anos, os estudos de gênero começam a ser vistos como uma categoria de análise referindo-se a um processo de construção social contínuo. (BUTLER, 2015).

O turismo também interage com as discussões de gênero, seja no que se espera quanto ao comportamento de mulheres em determinados destinos turísticos (sejam elas as turistas ou as nativas), seja pela cultura local do destino visitado, na qual mulheres são postas em condições de inferioridade (sociedades com um sistema patriarcal ainda muito arraigado), pelas questões de gênero envolvendo o público LGBT, tanto na perspectiva do visitante, quanto na dos visitados, etc.

Este capítulo será dedicado às questões relacionadas à temática de gênero, a partir da abordagem de seus significados e da complexidade de seus conceitos e definições.

1.1 Gênero

As divisões de papéis dos gêneros na organização social das sociedades são bastante antigas. A maioria das sociedades sustentou-se a partir de um forte patriarcalismo, no qual a figura masculina era a mais representativa do grupo (BORDIEU, 2010). Segundo Araújo e Malheiros (2013, p.112) “a luta política das mulheres se deu sempre em um ambiente desfavorável, marcado pela opressão machista e pelas relações históricas de desigualdade”.

As mulheres, sejam elas brancas, negras, indígenas ou amarelas, sempre sofreram com o patriarcalismo em suas sociedades. Essa dominação masculina é bem representada no texto de Daniel Welzer-Lang (2001). Este autor ressalta que “o conjunto do social está dividido segundo o mesmo simbólico que atribui aos homens e ao masculino as funções nobres e às mulheres e ao feminino as tarefas e funções

afetadas de pouco valor” (WELZER-LANG, 2001, p.461). Mais adiante, o pesquisador afirma que:

esta divisão do mundo, esta cosmogonia baseada sobre o gênero, mantêm-se e é regulada por violências: violências múltiplas e variadas as quais - das violências masculinas domésticas aos estupros de guerra, passando pelas violências no trabalho – tendem a preservar os poderes que se atribuem coletivamente e individualmente os homens à custa das mulheres. (WELZER-LANG, 2001, p.461).

Essa supremacia do homem em relação à mulher é bem representada por Pierre Bordieu, na obra “*Dominação Masculina*”. Para este autor, ao homem que possuía (possui) elementos, trejeitos, ou qualquer tipo de associação (signo) com o que se convencionou ser do âmbito “*feminino*”, faz-se uma estigmatização e uma atribuição de desprestígio na sociedade. (BORDIEU, 2010, grifo nosso). No âmbito do trabalho, isto também se torna evidente. Para Bordieu (2010), é como se a associação da figura masculina a algum signo linguístico ou gestual “*feminino*” o deslegitimasse do grupo social em que está inserido. Ou seja, a figura feminina, mais uma vez, é posta em condição de inferioridade à masculina. (BORDIEU, 2010, grifo nosso).

Primeiramente, é preciso entender a gênese da conceituação de gênero, ainda que de um ponto de vista estritamente gramatical. Segundo Ferreira (1986, p.844), gênero é a “classe cuja extensão se divide em outras classes, as quais, em relação à primeira, são chamadas espécies”. (FERREIRA, 1986, p.844). E, mais adiante, este autor complementa que: “o termo Gênero também poderia ser ‘qualquer agrupamento de indivíduos, objetos, idéias, que tenham caracteres comuns’”. (SIC). (FERREIRA, 1986, p.844, aspas do autor).

Para completar a definição gramatical dada pelo linguista Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, gênero, nada mais é do que uma “categoria que indica, por meio de desinências, uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas”. (FERREIRA, 1986, p.844).

Com o surgimento dos movimentos sociais, sobretudo com os movimentos feministas (estes impulsionaram diversos outros movimentos sociais), o termo “gênero” passa a ser visto, também, como postula Butler (2015), como uma construção social e adquire novas conceituações. Já dizia Simone de Beauvoir: “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Esta clássica expressão torna-se referência para o movimento feminista no mundo.

A distinção entre sexo e gênero é bem explicada pela professora e feminista Judith Butler. Ela introduz um terceiro elemento importante de análise: o desejo. Para Butler (2015, p.26) “a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos.” (BUTLER, 2015, p.26). Segundo Butler (2015, p.26), “*homem e masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher e feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino. (BUTLER, 2015, p.26, grifo da autora).

No entanto, o que se observa, de maneira geral, nas diversas sociedades mundiais é, ainda, uma associação de gênero a sexo e desejo baseada na anatomia do indivíduo, sem se considerar a sua psiquê.

Se há algo de certo na afirmação de Beauvoir de que ninguém nasce e sim *torna-se* mulher decorre que *mulher* é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações. (BUTLER, 2015, p.69, grifo da autora).

Butler (2015) deixa claro, em sua obra e também em outros trabalhos, que gênero é um processo em construção, determinado por motivações sociais e não biológicas. Para Butler (2015, p.22):

a noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a “identidade” como tornam equívoca a noção singular de identidade. (BUTLER, 2015, p. 22, aspas da autora).

Butler (2015) também introduz uma problemática importante nas discussões de gênero que são as interseccionalidades. Segundo Branco (2008, p.110):

a “interseccionalidade” é, pois, uma ferramenta de análise que nos ajuda a perceber como diferentes conjuntos de identidades têm impacto na forma como se acede aos direitos e às oportunidades. É nos pontos de intersecção que nos apercebemos das diferentes experiências de opressão e de privilégio. Todavia, não devemos olhar a combinação das diferentes identidades como uma mera soma, mas sim perceber que a combinação das mesmas é que produz experiências substantivamente diferentes. Deste modo, podemos perceber por que razão (ou razões) algumas mulheres são marginalizadas e discriminadas, enquanto outras beneficiam de posições de privilégio. (BRANCO, 2008, p.110).

Esses entrecruzamentos de raça e classe ocorrem não somente em relação a mulheres, mas também, para qualquer indivíduo. Para Butler e alguns autores dos

estudos de gênero, não se pode estudar sobre gênero, sexo e desejo sem se considerar as questões de raça, classe e outras interseccionalidades. Estas, influenciarão consideravelmente nas questões de gênero, sejam nos variados movimentos feministas ou nos movimentos LGBT's.

Estudar a respeito de gênero é o passo a passo inicial para se entender a gênese dos movimentos feministas e dos movimentos LGBT's. Para Butler (2015), nas discussões sobre gênero, sexo e desejo, o mais comum é verificar como as características físicas, psíquicas e comportamentais que se esperam dos indivíduos guiam normas de comportamento aceitas pela sociedade (padrões de comportamento relacionados ao modo heterossexual de viver, conhecidos como padrões heteronormativos). Ou seja, um ser do sexo masculino deve se identificar com o gênero masculino e ter desejo por alguém do sexo feminino que se identifique com o gênero feminino e tenha desejo pelo sexo masculino. Qualquer configuração que desvie desta “norma” é considerada inválida. (BUTLER, 2015).

Para alguns, esses “desvios” da norma são considerados uma patologia, ainda que a homossexualidade não seja mais considerada uma doença pela OMS – Organização Mundial da Saúde.

Quaisquer outras possibilidades de gênero, sexo e desejo que sejam diferentes da “lógica” heteronormativista passam a ser um problema (BUTLER, 2015). Para Butler (2015, p.52):

o gênero só pode denotar uma *unidade* de experiência, de sexo, gênero e desejo, quando se entende que o sexo, em algum sentido, exige um gênero – sendo o gênero uma designação psíquica e/ou cultural do eu – e um desejo – sendo um desejo heterossexual e, portanto, diferenciando-se mediante uma relação de oposição ao outro gênero que ele deseja. (BUTLER, 2015, p.52).

Em seguida, Butler (2015, p.52) complementa a afirmação argumentando que “a heterossexualidade institucional exige e produz, a um só tempo, a univocidade de cada um dos termos marcados pelo gênero que constituem o limite das possibilidades de gênero no interior do sistema de gênero binário oposicional”. (BUTLER, 2015, p. 52). Assim, com base no raciocínio de Butler (2015), pode-se inferir que os padrões heteronormativos vigentes considerarão como desviantes quaisquer outros rearranjos identitários/simbólicos/afetivos dos indivíduos.

Um exemplo de “desvio” ao padrão heteronormativista é o caso das pessoas diagnosticadas como intersexuais ou *intersex*. Pino (2007, p.143) esclarece que a estes indivíduos é atribuído “um termo de origem médica que foi incorporado pelos ativismos

para designar as pessoas que nascem com corpos que não se encaixam naquilo que entendemos por corpos masculinos ou femininos”. (PINO, 2007, p.153).

A transexualidade também é um exemplo de “subversão” à “lógica” heteronormativista. De acordo com Lionço (2006, p.104), “a transexualidade apresenta a busca veemente pela consolidação de uma posição identitária, como se o indivíduo ardentemente almejasse poder ser idêntico a si mesmo, superando a característica do Eu”. (LIONÇO, 2006, p.104). A autora complementa que:

a transexualidade questiona exemplarmente a base natural dos processos de constituição das 'identidades sexuais' ou 'identidades de gênero', bem como problematiza os aspectos que são levados em consideração quando se busca definir o que supostamente, haveria de ser tão natural para a espécie humana, o ser homem e ser mulher. (LIONÇO, 2006, p.137, aspas da autora).

A transexualidade descontrói uma “lógica” sexista extremamente preconceituosa e limitadora, tal como acontece com as travestis, com os andróginos e com outros indivíduos que dialogam com seus corpos e com suas representações simbólicas no mundo de maneira não convencional.

Aliados ao preconceito estão bases em crenças religiosas, falta de sensibilidade humana, desinformação, ignorância e descaso em relação às motivações, mecanismos e processos internos (endógenos) e psicológicos que ocorrem nos indivíduos na sua formação identitária. Assim, são observadas análises equivocadas do senso comum, de gestores públicos, políticos e profissionais de variadas áreas em relação à diversidade de gênero, sexo e desejo. Por conseguinte, surgem desvarios em projetos de lei e no não reconhecimento de direitos dos indivíduos que não se adequam aos critérios heteronormativos privilegiados pela sociedade. A “cura” gay e tantas outras sandices propagadas por pessoas com formações variadas ou sem formação acadêmica específica, muitas vezes por políticos sem qualquer tipo de qualificação profissional, moral e ética, são estratégias de regulação social baseadas na concepção de gênero/sexo/desejo sob o ponto de vista excludente, irreal e anacrônico. Para Lionço (2006, p.80):

é interessante notar que a distinção conceitual entre sexo e gênero teve por objetivo demarcar o que haveria de ser estabelecido pelas bases da condição biológica, no humano, do que seria decorrente da condição sócio-cultural e histórica, o que apenas relega a discussão do sexual para a aporia das explicações biológicas, que não alcançam a complexidade da diferença entre sexos. (SIC). (LIONÇO, 2006, p.80).

As discussões sobre gênero, sexo e desejo são o combustível para diversos movimentos sociais, sobretudo, para com o movimento feminista e suas dissidências. O feminismo é um movimento que surge do questionamento, por parte das mulheres, em relação a uma supremacia do gênero masculino em relação a elas. Os movimentos feministas, chamando-se no plural (devido às suas variações), farão a sociedade repensar seus valores e crenças e, principalmente, garantirão conquistas importantes às suas pertencentes.

1.2 Feminismos

O feminismo é um movimento social moderno e surge em um momento político intenso, com os ideais iluministas à flor da pele e com uma Revolução Francesa e Americana em seus auge. (ALCÂNTARA COSTA, 2005). Segundo Alcântara Costa (2005, p.1-2), o movimento feminista:

se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos. Nesse seu alvorecer, mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista. (ALCÂNTARA COSTA, 2005, p.1-2).

O direito ao voto, ou seja, o sufrágio universal, foi uma das primeiras reivindicações das feministas. Durante a Revolução Industrial, as mulheres tornaram-se, também, força no mercado de trabalho e, após este momento político, sentiram a necessidade de continuar trabalhando e de questionar as suas condições de trabalho inferiores às dos homens. (ALCÂNTARA COSTA, 2005).

As questões de gênero, antes bastante evidentes apenas nos seios familiares, agora perpassam o mundo corporativo e midiático. Bell Hooks (2015) problematiza o movimento feminista que, inicialmente, representava a luta de mulheres heterossexuais, brancas, normalmente universitárias e de classe média/alta e chama a atenção para as mulheres não contempladas no movimento inicial e outras realidades de mulheres sem marido, sem filhos, sem casa, de baixa renda e, sobretudo, de mulheres não brancas. (HOOKS, 2015).

O movimento feminista surge no século XIX na Europa e nos EUA e está dividido em 3 fases, conhecidas como *ondas feministas* (ALBERT ZINANI, 2011). Constituiu-se, em sua primeira fase, em uma militância nos campos literário, político e cultural. Para o autor:

a Primeira Onda, de acordo com Bonnici (2007), corresponde ao período que vai desde as últimas décadas do século XIX, quando se tornou mais expressiva a luta pelos direitos humanos, até as primeiras do século XX, com o movimento das sufragistas, que defendiam direito ao voto feminino. Ainda em sua pré-história, a literatura feminista conquistou um marco poderoso com a publicação, em 1792, da obra *A vindication of the rights of woman*, escrita por Mary Wollstonecraft, em que defendia o direito das mulheres à educação e a igualdade entre homens e mulheres. Essa obra foi traduzida, livremente, no Brasil por Nísia Floresta Brasileira Augusta que a denominou *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*, publicada em 1832. (SIC). (ALBERT ZINANI, 2011, p.411-412)

Nesse momento, houve um destaque no campo literário em relação a escritoras que passam a se afirmar como feministas. Virginia Woolf ganha expressão com a sua obra “Um teto todo seu” (ensaio literário publicado em 1929, a partir de duas conferências proferidas pela escritora em estabelecimentos de ensino para mulheres, em Cambridge), na qual a autora discute questões relacionadas às condições materiais das mulheres e os seus baixos níveis educacionais, além de suas privações quanto às liberdades de expressão intelectuais (ALBERT ZINANI, 2011, p. 412).

A *segunda onda* do movimento feminista, segundo Albert Zinani (2011, p. 412), teve início com a publicação de *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, em 1949. Segundo este autor:

essa obra foi um marco no pensamento feminista, discutindo a questão da mulher através de vários ângulos: da biologia, da psicanálise, do materialismo histórico, a fim de demonstrar como a realidade feminina se constitui como o Outro e quais as consequências desse posicionamento. (ALBERT ZINANI, 2011, p.412).

A *terceira onda* do movimento feminista, segundo Bonnici, (2007, p.253) apud Albert Zinani (2011, p.413):

apresenta uma pauta de reivindicações mais ampla do que o grupo da Segunda Onda, uma vez que engloba “a teoria queer, a conscientização da negra, o pós-colonialismo, a teoria crítica, o transnacionalismo”, entre outros. Aponta como aspecto relevante a auto-estima sexual, uma vez que a sexualidade é também uma modalidade de poder. Feministas marginalizadas, anteriormente, contribuem para estabelecer a identidade dessa onda que acredita ser a contradição e a negociação das diferenças uma das características mais significativas do feminismo contemporâneo. Essas posições, no entanto, não são aceitas pelas feministas da Segunda Onda, que criticam uma “imagem distorcida do feminismo transmitidas pela mídia”. (SIC). (BONICCI, 2007, p.253) apud (ALBERT ZINANI, 2011, p.413).

Durante as *ondas feministas*, observam-se, com maior amplitude, o crescimento de outros movimentos sociais, tais como o feminismo negro, o feminismo indígena, o movimento LGBT e suas ramificações. Do movimento LGBT (inicialmente conduzido

por *gays* brancos de classe média ou alta, escolarizados) surgem dissidências importantes, como o feminismo lésbico, o transfeminismo (ou feminismo trans), o movimento *gay* negro e outros.

As mulheres que criaram o movimento feminista inicial eram, em suma, de classe média, heterossexuais, escolarizadas e brancas. (HOOKS, 2015). Ou seja, não sofriam preconceito de raça, classe e etnia. Por este motivo, a partir daí, surgem, então, dissidências e ramificações, como dito no parágrafo anterior, no tópico 1.2.

As feministas negras e as feministas indígenas, por exemplo, discutem questões mais particulares a serem reivindicadas e conquistadas, como, por exemplo, as condições de trabalho, de manutenção de suas famílias e as suas representações simbólicas como negras e indígenas. Para Hooks (2015, p.194):

problemas e dilemas específicos de donas de casa brancas da classe privilegiada eram preocupações reais, merecedoras de atenção e transformação, mas não eram preocupações políticas urgentes da maioria das mulheres, mais preocupadas com a sobrevivência econômica, a discriminação étnica e racial etc. (HOOKS, 2015, p. 194).

As feministas negras reivindicam, dentre outras coisas, creches para colocar seus filhos enquanto trabalham, direitos salariais de remuneração equiparados aos das pessoas brancas, etc. O feminismo negro reivindica direitos sociais particulares e exclusivos a mulheres negras, antes não contempladas nos movimentos feministas iniciais (considerados como feminismo branco). (HOOKS, 2015). O mesmo ocorre com as feministas indígenas que reivindicarão direitos particulares não contemplados nos movimentos feministas iniciais.

1.3 Breve histórico sobre o Movimento LGBT e outras dissidências

Diante de um movimento feminista inicial branco e elitizado, surgiram, também outras dissidências, ligadas a questões identitárias de gênero, sexo e desejo. O movimento LGBT, inicialmente conduzido por uma maioria de *gays*, anos depois, passa a incorporar pautas reivindicativas de lésbicas, travestis, transexuais e demais. Assim, vão surgindo ramificações dentro desta militância.

O movimento LGBT, no mundo, tem seu marco inicial no episódio de *Stonewall*, conhecido globalmente como *Stonewall Uprising*. Em 1969, a homossexualidade era considerada um ato ilícito nos EUA (Estados Unidos da América) e, também, na maioria dos países. Durante os anos 60, os homossexuais,

travestis, transgêneros e demais variações eram bastante perseguidos e a homossexualidade, nesta época, ainda era tratada como uma doença mental. (GORISCH, 2013).

Existiam clínicas que “tratavam” a homossexualidade com torturas, choques elétricos, esterilização, castração e lobotomia. (GORISCH, 2013). Este último procedimento citado, refere-se a uma espécie de cirurgia que era realizada em pacientes diagnosticados com esquizofrenia - numa equivocada associação de homossexualidade a uma patologia cerebral -. Segundo Gorisch (2013, p. 14), “os homossexuais eram tratados como psicopatas, promíscuos e doentes mentais.” (GORISCH, 2013, p. 14).

No final da década de 1960, nos EUA (Estados Unidos da América), movimentos sociais começam a se fortalecer, sobretudo o movimento negro. Martin Luther King, inspirado nas ideias de Gandhi, promove um ativismo político importante, em relação à causa negra. ganhador no Prêmio Nobel da Paz, em 1964, por sua atuação militante, King foi assassinado e tornou-se um mártir para a humanidade. (GORISCH, 2013).

Em 1968, em Nova Iorque, - conforme retratado no filme *Stonewall Uprising, American Experience*, gravado nos EUA, em 2011 - cerca de 500 pessoas foram presas por fazerem sexo com alguém do mesmo sexo anatômico e, aproximadamente, de 3.000 a 5.000 pessoas foram detidas por crimes relacionados à sua orientação sexual. (GORISCH, 2013).

Com tanta repressão, restava aos homossexuais, lésbicas, transexuais, transgêneros e demais o refúgio em bares e em locais “guetificados”. O bar *Stonewall Inn* era um ponto de encontro LGBT da época.

No ano de 1969, haveria eleições municipais em Nova Iorque. O presidente da ONG (Organização Não Governamental) *Mattachine Society* solicitou ao prefeito e à polícia que deixassem os *gays* viverem suas vidas tranquilamente. Como retaliação, policiais invadiram o bar *Stonewall* e deram voz de prisão a todos. Houve um grande tumulto e uma lésbica quase foi morta, por ter se rebelado. Logo em seguida, os frequentadores do bar se revoltaram com esta atitude policial e as próprias pessoas na rua também se sensibilizaram e ajudaram, colocando barricadas e fogo, o que afugentou os policiais. A luta durou cerca de duas noites e, pela primeira vez, ouviu-se os termos *Gay Pride* e *Gay Power*, como clamor dos usuários do bar. (GORISCH, 2013).

Logo em seguida, organizou-se a Primeira Parada Gay mundial, com cerca de duas mil pessoas. (GORISCH, 2013). Fenômeno que, mais adiante, inspiraria o

surgimento de movimentos LGBT's em diversos lugares do planeta e, também, a realização de Paradas do Orgulho Gay, em várias nações.

O episódio em *Stonewall* foi um marco importante para o surgimento de uma militância LGBT. Neste momento, começava a ganhar força a luta de lésbicas, *gays*, travestis, transexuais e demais integrantes que foram surgindo. (FACCHINI e SIMÕES, 2009). Segundo Canabarro (2013, p.2):

no Brasil, a luta por direitos humanos de sexodiversos surge mais tarde que na América do Norte ou Europa. Ao iniciar a década de 80, o país passa por uma reabertura democrática, com a ditadura perdendo a sua força. Pouco a pouco, os movimentos democráticos vão (re)aparecendo, surgindo nesse período vários grupos do denominado movimento Gay. (CANABARRO, 2013, p.2).

Vale ressaltar que, inicialmente, chamava-se “movimento gay” ou “movimento homossexual” todo o movimento LGBT. Nessa época, tinham destaque as reivindicações de *gays* brancos e de classe média, média/alta. As pautas mais particulares de *gays* negros, travestis, transexuais e lésbicas eram secundarizadas.

Quanto ao surgimento da sigla LGBT, Sanitá Azevedo *et al.* (2012) esclarecem que:

a própria sigla que caracteriza esse segmento passou por mudanças nos últimos anos. Inicialmente conhecida como GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), com o tempo houve a incorporação do público de transexuais, travestis e bissexuais, passando-se à nomenclatura GLTB. Porém, em Julho de 2008, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), levando em consideração a tendência mundial de valorização do público lésbico, passou a recomendar a sigla LGBT em todos os comunicados feitos por afiliadas, mídia e governo. (SANITÁ AZEVEDO *et al.*, 2012, p. 498).

No entanto, travestis e transexuais questionam a ordem da sigla LGBT por estarem em última posição, sendo que são as mais estigmatizadas, violentadas e assassinadas dentre os demais.

Dentro da letra “G”, do movimento LGBT, também não há um consenso acerca da reivindicação de direitos por parte dos homossexuais masculinos. Aí entram os questionamentos (legítimos) de raça e classe que fazem com que as pautas reivindicadas por *gays* brancos e de classe média/alta não sejam as mesmas dos *gays* negros da periferia (tais particularidades se aplicam também a lésbicas, travestis, transexuais e demais). Em todos os movimentos sociais verifica-se que as interseccionalidades de gênero, raça e classe parecem ser as de maior relevância dentre as demais.

No Brasil, o movimento LGBT surge no final da década de 70, anos mais tarde do que nos EUA e na Europa. (FACCHINI, 2003). De acordo com Facchini (2003, p. 84):

o primeiro momento, que chamarei de “primeira onda”, corresponde ao surgimento e expansão desse movimento durante o período de “abertura” política e foi registrado pela maior parte da bibliografia disponível sobre o tema. Nesse momento, as iniciativas estiveram bastante concentradas no eixo Rio-São Paulo, eram fortemente marcadas por um caráter antiautoritário e comunitarista, pela relação com propostas de transformação para o conjunto da sociedade e foram tratadas pela bibliografia sobre movimentos sociais a partir do enquadramento entre os movimentos então chamados de “alternativos” ou “libertários”. Esse primeiro momento encerra-se nos últimos anos da primeira metade dos anos 1980, o que coincide com a retomada do regime democrático e o surgimento da AIDS, então chamada de “peste gay”. (FACCHINI, 2003, p. 84, aspas da autora).

Até então, a Aids - *Acquired Immunodeficiency Syndrome* era uma doença associada diretamente à homossexualidade, o que passaria, então, a ser a luta do movimento homossexual no que seria considerado como a *segunda onda*. (FACCHINI, 2003).

A necessidade de desvinculação da imagem da homossexualidade de seus aspectos “marginais” passa a ser uma característica bastante presente nessa “segunda onda” do movimento. O processo de “redemocratização” na sociedade brasileira e a conseqüente desmobilização das propostas mais “antiautoritárias” de militância podem ser relacionadas a essa tendência à desvalorização dos aspectos “marginais” da homossexualidade e à necessidade de construção de uma imagem pública da homossexualidade, que deixa de incluir boa parte das vivências a ela relacionadas. (SIC). (FACCHINI, 2003, p. 102, aspas da autora).

Segundo Facchini (2002), durante o período em que ela considera como a *segunda onda* do movimento homossexual, houve pouco registro histórico e uma drástica redução no número de grupos militantes (FACCHINI, 2002). Para esta autora:

isto pode ser justificado, entre outras coisas, pelo surgimento da epidemia da aids, então chamada “peste gay”, e seu poder de desmobilização das propostas de liberação e, ainda, pelo fato de muitas lideranças terem se voltado para a luta contra a aids, criando as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia. (FACCHINI, 2002, p. 73, aspas da autora).

Em 1990 e em 1996, respectivamente, o Brasil perde os cantores Cazuza e Renato Russo. Ambos eram personalidades expressivas no cenário da música brasileira. O falecimento deles, associado ao vírus HIV - *Human Immunodeficiency Virus*, fez com que o Brasil ficasse ainda mais apreensivo quanto à epidemia da Aids. Além disso, a repercussão e o motivo de suas mortes contribuíram para uma associação ainda mais forte do vírus HIV com a homossexualidade.

Após a década de 1980, considerada um período crítico para os LGBT's, surge o que Facchini (2002) define como a *terceira onda* do MHB – Movimento Homossexual Brasileiro, a partir dos anos 1990 até os dias atuais, um período em que a autora considerou como um “reflorescimento”, quando o número de grupos militantes volta a crescer.

E sobre a *terceira onda*, a atual pela qual estão inseridos os movimentos LGBT's brasileiros, (ainda que Facchini (2003) refira-se ao movimento como “homossexual”, em decorrência do modo como o movimento LGBT era chamado na época), Facchini (2003) argumenta que esse reflorescimento, nos anos 1990, representou não apenas um crescimento do número de grupos/organizações, mas também, uma variação de modelos institucionais e propostas de atuação. No entanto, a autora esclarece que:

por outro lado, nota-se também uma ampliação da rede de relações sociais do movimento e a presença de novos atores nesse “campo” do movimento, como, por exemplo, a mídia, segmentada ou não, as agências estatais ligadas aos temas justiça e saúde, parlamentares que incluem a bandeira dos direitos dos homossexuais em suas plataformas, o mercado especializado, organizações internacionais, grupos religiosos que se mostrem flexíveis ou especialmente voltados a questões ligadas à sexualidade ou homossexualidade etc. (FACCHINI, 2003, p. 112, aspas da autora).

As *três ondas* do movimento homossexual, como postulado por Facchini (2002 e 2003), referem-se a uma contextualização histórica analisada pela pesquisadora a respeito da realidade brasileira. Não se pesquisou, para este trabalho, uma divisão no movimento LGBT em momentos históricos (*ou ondas*) em outros lugares do mundo, de maneira mais sistematizada e detalhada. E, possivelmente, essa divisão em *ondas* é passível de questionamentos, assim como as *ondas* do movimento feminista, por ser feita uma categorização cronológica não necessariamente produtiva.

De modo geral, pode-se encontrar na literatura de variados autores acerca da história do movimento homossexual no mundo que o dia 28 de Junho de 1969 passa a ser conhecido em todo o planeta como o Dia do Orgulho Gay, em homenagem à rebelião ocorrida no bar *Stonewall Inn*. Segundo Peret (2010, p. 64):

na madrugada de 28 de junho de 1969, o que teria sido mais uma batida policial de rotina, no bar Stonewall Inn, no bairro Greenwich Village, em Nova Iorque, tornou-se um espaço de conflito aberto e mostrou claramente a situação insustentável que a população LGBT enfrentava nos EUA, forçada a se manter escondida das vistas do público, com medo da prisão, dos espancamentos e demais abusos da autoridade policial, sem a possibilidade de defesa de quaisquer direitos civis. A partir dali, uma parte dessa população se organizou em grupos de militância, estabeleceu metas pela visibilidade

pública e conscientização e participou de movimentos de emancipação, ao lado de feministas, antirracistas e pacifistas contrários às intervenções norte-americanas em outros países. Logo surgiram jornais especializados na questão dos direitos civis negados à população LGBT e, no primeiro aniversário dos confrontos de Stonewall, Nova Iorque e Los Angeles tiveram as primeiras Paradas do Orgulho. (PERET, 2010, p. 64).

Nesse momento, a militância LGBT começa a se consolidar. As discussões de gênero e orientação sexual vão se tornando temas transversais, multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares a várias áreas do conhecimento científico. Em diversos ângulos, é possível se notar os impactos da negação de direitos LGBT's que culminam em grandes problemas sociais, jurídicos, legislativos, psicológicos e de outras naturezas para as cidadãs e cidadãos. No turismo, isso se reflete na problemática dos espaços de lazer voltados ao público LGBT nativo e para com os visitantes dos destinos turísticos.

O Turismo LGBT, assim apresentado pelo mercado, por meio de agências de viagem e outros setores do *trade* turístico, é mais uma estratégia de empresas que veem neste nicho uma possibilidade de gerar lucro (GUERRA, 2015). E isso ocorre não somente na esfera do turismo. Outros setores comerciais da sociedade passam a direcionar um olhar mais específico aos LGBT's, não por esses empresários serem “bonzinhos” e inclusivos, mas, sobretudo, por visarem ganhos - que podem ser diretamente materiais, financeiros ou pelo retorno midiático, ao transparecer uma imagem LGBT *friendly* (amigável) de que tal empresa/marca/produto ou destino turístico aceita a diversidade de gênero e orientação sexual.

No próximo capítulo, serão abordadas as definições de turismo que atendem, ainda que parcialmente, ao público LGBT. Será apresentada uma breve contextualização conceitual sobre o turismo, a partir da visão sistêmica de Mário Beni (1998; 2016; 2017) e de Krippendorf (2009).

2 TURISMO, SEGMENTAÇÃO, PINK MONEY E TURISMO LGBT

A interpretação do conceito de turismo diverge entre os autores que, ora o entendem como fenômeno, outrora como atividade econômica. Para Beni (1998), o turismo de forma sistêmica, cabendo o entendimento inicial da teoria sobre sistemas, pode ser entendido como:

um conjunto de partes que interagem de modo a atingir um determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de procedimentos, doutrinas, idéias ou princípios, logicamente ordenados e coesos com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo. (SIC). (BENI, 1998, p.25).

Para esse autor, o turismo é um conjunto de partes que contribuirão para o funcionamento de um sistema que envolve pessoas, comunidades, meio ambiente, economia, relações sociopolíticas, equipamentos turísticos e de suporte ao turismo, infraestrutura urbana ou rural e outras variáveis (BENI, 1998).

Krippendorf (2009) questiona o olhar meramente econômico em relação ao turismo. Sobretudo, ao refletir a respeito da importância da visão integrada entre a essência do turista, dos seus desejos, anseios, da sua condição de transitoriedade e do ato de viajar, dos impactos sociais, econômicos, políticos e culturais que o turismo causa (nem sempre benéficos) e do resultado disso tudo que é o turismo propriamente dito. Para Krippendorf (2009, p.10-11):

nos nossos dias, a necessidade de viajar é, sobretudo, criada pela sociedade e marcada pelo cotidiano. As pessoas viajam porque não se sentem mais à vontade onde se encontram, seja nos locais de trabalho ou onde moram. Sentem uma necessidade urgente de se desfazerem temporariamente da rotina massificante do dia a dia do trabalho, da moradia e do lazer, a fim de estar em condições de retomá-la ao regressarem. O trabalho é cada vez mais mecanizado, compartimentado e determinado fora da esfera de sua vontade. Sentem em seu âmago a monotonia do cotidiano, a fria racionalidade das fábricas, dos escritórios, dos imóveis residenciais e da infraestrutura rodoviária, assim como o empobrecimento das relações humanas, a repressão dos sentimentos, a degradação da natureza e a perda da naturalidade. (KRIPPENDORF, 2009, p.10-11).

Krippendorf (2009) traz uma grande contribuição social para o turismo ao refletir o ato de viajar e as motivações dos indivíduos que os levam a sair de onde moram em busca de novas experiências, como uma fuga do cotidiano. De acordo com este sociólogo do turismo:

a possibilidade de sair, de viajar, reveste-se de uma grande importância. Afinal, o cotidiano só será suportável se pudermos escapar dele, sem o que, perderemos o equilíbrio e adoeceremos. O lazer e, sobretudo, as viagens

pintam manchas coloridas na tela cinzenta da nossa existência. Eles devem reconstituir, recriar o homem, curar e sustentar o corpo e a alma, proporcionar uma fonte de forças vitais e trazer um sentido à vida. (KRIPPENDORF, 2009, p. 34).

Para Krippendorf (2009, p. 36-37):

numa sociedade completamente orientada para viagens, ficar em casa pode parecer difícil de justificar sem que haja uma perda de prestígio social. Ninguém duvida de que o prestígio e o olhar de banda do vizinho influenciam a escolha da viagem; mas, contrariamente ao que pretendem alguns teóricos do turismo, esse papel não é determinante. É possível que a viagem seja, tal como o segundo carro e a casa de campo, um “bem de posição” que indique o nível em que a pessoa se situa na escala social. (KRIPPENDORF, 2009, p. 36-37, aspas do autor).

O que leva os indivíduos ao ato de viajar é parte de uma reflexão muito subjetiva e profunda, nem sempre compreendida quando se analisam perfis de demanda, com o intuito de serem estabelecidos segmentos turísticos.

2.1 Segmentação do Turismo e SISTUR

Ao mesmo tempo em que o turismo parece transpor barreiras não somente físicas do deslocamento, mas também, fronteiras acadêmicas, existem complexidades que fazem percebê-lo com um olhar mais atento, epistemológico e profissional. Implementar o turismo numa comunidade está em consonância com os fatores sociais, culturais, políticos, ambientais, econômicos, etc e deve-se obedecer a toda uma cadeia sistêmica, tal como propõe Beni (1998).

Uma dessas complexidades é em relação à segmentação de oferta e demanda estabelecidas pelo mercado e as que são consideradas oficiais, pelo Ministério do Turismo. O que é ofertado pelo mercado como segmento turístico nem sempre é oficializado como um segmento por esta autarquia.

O Ministério do Turismo, por meio da publicação de seus Marcos Conceituais (BRASIL, 2006), definiu a segmentação turística como: “uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda” (BRASIL, 2006, p. 03).

Do ponto de vista da segmentação da oferta, o Ministério do Turismo considera como oficiais 11 segmentos, a saber: *Turismo Cultural*, *Turismo de Pesca*, *Turismo Rural*, *Ecoturismo*, *Turismo de Aventura*, *Turismo Náutico*, *Turismo de Sol e Praia*,

Turismo de Estudos e Intercâmbios, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Esportes e Turismo de Saúde. O Turismo Social é visto como um segmento transversal aos demais. (BRASIL, 2010, p. 75).

A segmentação do turismo é uma ferramenta importante de análise de suas demandas (públicos consumidores). O turismo move uma cadeia de variáveis cujo combustível principal é o turista que, por sua vez, estimulará a economia do destino. Para existir turismo, tem de haver turista e dinheiro em circulação. (BENI, 1998).

Para Beni (1998, p.149), “a segmentação traz enormes vantagens, como a economia de escala para as empresas turísticas, aumento da concorrência no mercado, criação de políticas de preços e de propaganda especializada, e promoção de maior número de pesquisas científicas.” E, complementa: “é através da segmentação que se compreende o mercado turístico”. (BENI, 1998, p.149).

Em estudo recente, Mário Beni e Marutscka Moesch apresentaram uma nova reflexão sobre o SISTUR (Sistema de Turismo), na qual afirmam que:

ao estudar o turismo como realidade humana, compreende-se como uma amálgama na qual tempo, espaço, diversão, economia, tecnologia, imaginário, comunicação, diversão, ideologia, hospitalidade, que são categorias fundantes de um fenômeno social contemporâneo, em que o protagonista é o sujeito, seja como produtor ou consumidor dessa prática social. Não é negada a contingência material do turismo em sua expressão econômica, mas ela ocorre historicamente, em espaços e tempos diferenciados, cultural e tecnologicamente construídos, a serem irrigados com o desejo de um sujeito biológico, nômade em sua essência. Sujeito objetivado, fundamental para a compreensão do fenômeno turístico como prática social, e subjetivado em ideologias, imaginários e necessidade de diversão e encontro, na busca do elo perdido entre prosa e poesia. (BENI e MOESCH, 2017, p.446-447).

O turismo é um sistema complexo. Os fatores econômicos são de grande relevância para sua manutenção, mas não são os únicos. Sem investimento, sem turista e sem retorno financeiro não há turismo. Mas sem motivações, sem sonhos e sem necessidades de conhecer outras realidades de vida, não há turistas. O turismo é intangível, é perecível. É como afirma Beni (1998, p. 164), quando fala sobre a sua efemeridade:

o produto turístico tem as seguintes características gerais: está baseado no fator tempo; é irre recuperável se não for usado; não pode ser acumulado; não pode ser transportado nem transferido; sua matéria-prima não se agrupa; é extremamente dinâmico e instável, pelos gostos, preferências, modas; e opcional na escala de necessidades do consumidor, razão por que sua demanda é extraordinariamente elástica. (BENI, 1998, p. 164).

Por ter uma natureza extremamente sazonal e imprevisível, o turismo é um objeto de análise que requer planejamento e infraestrutura necessários para a sua operacionalização. E, também, um olhar sobre o turista e sobre outros fenômenos relacionados ao que o senso comum considera como um simples “ato de viajar”.

2.2 Pink Money e o Turismo LGBT

O público LGBT vem adquirindo notoriedade em diversas searas da sociedade, sobretudo por um viés econômico advindo de um mercado cor de rosa em crescimento. Isto se reflete, também, no Brasil e em outros países do mundo que veem no *pink money* (dinheiro rosa ou mercado rosa - terminologia pela qual se disseminam os serviços e produtos oferecidos ao público LGBT em diversos segmentos de mercado) uma estratégia poderosa que assimila uma fatia de consumidores antes desprezada da sociedade. Assim, passam a ser percebidos pelo capitalismo como uma expressiva clientela. Segundo Moresch, Martins e Craveiro (2011, p.3):

o pink money, dinheiro advindo do mercado gay, tem chamado a atenção de empresas de diferentes segmentos. Além dos lugares comuns ao público homossexual, cada vez mais surgem novos negócios e atividades voltados ao público gay, incluindo lojas de roupa, editoras, companhias de seguro, restaurantes e até mesmo pet shop. (MORESCH, MARTINS E CRAVEIRO, 2011, p.3)

Cabe ressaltar que utilizar as terminologias “mercado gay”, “público gay” e “público homossexual” torna as discussões menos abrangentes, diante de toda uma diversidade do público LGBT e, ainda assim, nem todas as pessoas são contempladas por uma letra simbólica na sigla. Todavia, se, por uma razão metodológica de pesquisa, o intuito for analisar apenas o público *gay*, neste caso, é compreensível se utilizar as terminologias citadas aqui neste parágrafo.

Ainda segundo Moresch, Martins e Craveiro (2011, p.3):

o mercado homossexual tem se mantido atuante e presente em discussões, pesquisas e outros eventos. Devido a toda essa movimentação acerca do “PINK MONEY”, empresas e governos têm mostrado uma grande atenção e preocupação em abranger essa parcela da sociedade de forma mais direta e incisiva visando assim o lucro. (SIC). (MORESCH, MARTINS E CRAVEIRO, 2011, p.3, aspas dos autores).

A clientela LGBT - que possui um passado de discriminações, extermínios e preconceitos na maioria das sociedades (e isso ainda se verifica no presente), com o advento de direitos sociais adquiridos no Brasil e em alguns países do mundo

(casamento civil, união estável, adoção de filhos e outros) - vem ganhando espaço em ambientes nos quais, antigamente, tinham de se manter invisíveis ou, até mesmo, não estarem ali presentes. Com tais direitos sociais conquistados (muitos ainda a serem), foram surgindo novos perfis de público consumidor e isso se estendeu, também, para o turismo.

Esses novos perfis, no âmbito do turismo, culminaram no que se conhece popularmente como Turismo LGBT. Começou-se a observar uma preocupação mercadológica em se atender a este público que, em sua unidade, possui, também, heterogeneidades. Não se pode pensar em LGBT's como uma única variação, sendo que, dentro dessa "sopa de letrinhas", conforme mencionam esta terminologia Facchini (2002) e Guerra (2015), existem necessidades variadas, mas que se assemelham em algum ponto, por fazerem parte de grupos excluídos da sociedade como um todo.

O surgimento da sigla LGBT se deu progressivamente, à medida em que os estudos sobre gênero, relacionados aos LGBT's, avançaram. Guerra (2015, p.23) faz uma breve cronologia sobre esse percurso:

até os anos 2000 o termo comumente usado para denominar a comunidade homossexual como um todo era Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS), mas por não contemplar as pessoas bissexuais, passou-se a utilizar a sigla Gays, Lésbicas, Bissexuais e Simpatizantes (GLBS). Logo após resolveu-se por Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros (GLBT). Em seguida veio Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros (GLBTT). Também teve Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Simpatizantes (GLBTS). Finalmente, na Primeira Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em Brasília em junho de 2008, cujo tema era Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, foi aprovada a sigla atual LGBT. (SIC). (GUERRA, 2015, p.23).

E as discussões relacionadas a uma melhor terminologia não param por aí. Guerra (2015, p.24) complementa que:

a própria comunidade homossexual ficou dividida quanto ao uso da letra "L", em referência às lésbicas, no início da sigla, cuja justificativa seria a de tentar dar maior visibilidade às reivindicações das mulheres, historicamente discriminadas. Outros, entretanto, consideraram desnecessária a mudança na sequência das letras da sigla e até alegaram atender mais a interesses feministas do que das próprias lésbicas. (GUERRA, 2015, p.24)

Travestis e transexuais fazem a mesma reivindicação pelo reordenamento da sigla, com a sugestão de colocar a letra "T" no início, para alcançarem uma maior visibilidade no movimento. Além de todo esse questionamento de qual seria a sigla

mais representativa da militância, há de se saber, afinal, quem é (ou são) o (s) público (s) LGBT (s)?

Poder aquisitivo, gosto apurado para lazer e cultura, público detalhista e questionador e um apreço para participar de todas as atividades de lazer e cultura nos destinos turísticos. Normalmente, é assim que é traçado o perfil dos turistas LGBT's nos trabalhos acadêmicos, tal como se verifica em Sanitá Azevedo *et al.* (2012, p. 501), em suas pesquisas sobre o perfil do turista LGBT de São Paulo. Neste artigo, estes autores fazem algumas considerações sobre o perfil consumidor dos turistas LGBT's na maior metrópole do Brasil: “esse público demonstra disponibilidade crescente em investir no turismo, na cultura, na diversão e no lazer, muitas vezes mais que outros segmentos do setor.” (SANITÁ AZEVEDO *et al.*, 2012, p.501).

Para este trabalho, serão trazidas algumas definições encontradas na literatura acadêmica, referentes ao Turismo LGBT. No entanto, é preciso que se revejam esses conceitos, tendo em vista que a temática abrange uma complexidade muito maior em relação à forma como vem sendo tratada.

Em 2006, quando da publicação dos Marcos Conceituais, pelo MTur, os quais trouxeram as definições de tipos de turismo em segmentos definidos, não houve sequer alguma citação à diversidade de gênero no turismo (apenas a distinção homem/mulher). O MTur, neste documento, traz a definição de Turismo Social, mas relacionada a grupos vulneráveis economicamente, o que pode incluir, também, determinados nichos de LGBT's, cujo enfoque está mais direcionado aos aspectos de classe social.

No entanto, nesse mesmo ano, em 2006, o MTur publica um documento chamado *Turismo Social - Diálogos do Turismo: uma viagem de inclusão*. (BRASIL, 2006a). Esta publicação apresenta um capítulo intitulado *Turismo e Orientação Sexual* de João Silvério Trevisan, trazendo uma visão de senso comum a respeito do público GLBT (*Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*), ou a um “Turismo GLBT” ou “Turismo Gay”, conforme se referia, à época, à militância homossexual no Brasil e a outros assuntos relacionados.

Matérias relacionadas ao Turismo LGBT já foram publicadas no portal institucional do MTur, como, por exemplo, uma reportagem de 17 de maio de 2012, com o título *Turismo brasileiro contra homofobia*. (BRASIL, 2012). Neste texto, faz-se uma referência ao Turismo LGBT como um segmento: “o MTur promove ações para a sensibilização e a diversidade da cadeia produtiva. Os números comprovam: o turismo LGBT está em alta”. (BRASIL, 2012). Nesta mesma matéria, a autarquia informa que

“no 6º Salão do Turismo, em 2011 o MTur desenvolveu importantes ações com relação ao tema. No evento, estiveram presentes 120 agentes de turismo que foram qualificados para atendimento ao público do turismo LGBT”. (BRASIL, 2012).

Em outras matérias veiculadas em seu sítio eletrônico oficial, o MTur confirma seu posicionamento de considerar a inclusão dos LGBT's em um segmento específico do turismo. No entanto, de fato, institucionalmente, isso não ocorreu até o momento.

Em 17 de Maio de 2017, o MTur publicou em seu sítio eletrônico uma matéria intitulada *Destinos gay friendly no Brasil* (BRASIL, 2017). A entidade fez um convite ao *blogueiro* Rafael Leick, autor do *blog* de Turismo LGBT chamado *Viaja Bi*, bastante conhecido em todo o Brasil, para que ele fizesse uma análise acerca do país como um destino para este tipo de turismo.

A reportagem (BRASIL, 2017), cujo texto é de autoria do próprio *blogueiro*, mostra uma opinião pessoal dele de que o Brasil é, certamente, um destino *gay friendly*. Leick mostra-se bastante otimista em relação ao assunto, tanto é que um de seus *blogs*, o *Viaja Bi*, é exclusivo sobre viagens e destinos considerados amigáveis à causa e aos turistas LGBT's.

Em vista do tom entusiasmado e mercadológico da matéria, não se sabe, até que ponto, alguns destinos turísticos brasileiros seriam, de fato, *gay friendlies*, tendo em vista que, segundo Mott (2015, p.17):

hoje, no Brasil, a cada 27 horas, um gay, travesti, transexual ou lésbica é brutalmente assassinado, vítima da homofobia – o ódio à homossexualidade, fazendo de nosso país o campeão mundial de crimes homofóbicos. (MOTT, 2015, p.17).

Com isso, fica a grande questão: seria viável, neste momento, promover o Brasil no exterior, por meio da Embratur, ou até mesmo internamente, por parte do Mtur, como um país *gay friendly*? Vale a reflexão. Mas, afinal, o que seria o Turismo LGBT? Para Trigo (2009, p.153):

Turismo GLS envolve planejamento, operação e divulgação de destinos turísticos para o segmento homossexual ou para simpatizantes. Trabalha com o segmento em si, desde a divulgação e comercialização de produtos, serviços, destinos e atividades específicas até com implantação, gestão, operação e marketing de novos ou antigos destinos que recebem essa segmentação de maneira exclusiva ou inserida no contexto maior de inclusão social e cidadania. O turismo GLS possui subsegmentação especialmente em esportes, cultura, compras, moda, beleza, gastronomia e outros eventos específicos. (TRIGO, 2009, p.153).

O conceito apresentado por Trigo (2009) indica lacunas, como, por exemplo: a não proposição de que se deve pensar num perfil heterogêneo de turistas LGBT's (levando-se em consideração as interseccionalidades de raça e classe); que esse tipo de turismo não necessariamente será a motivação principal do viajante e, sobretudo, que um turista LGBT não necessariamente estará praticando o Turismo LGBT em um destino turístico. Estas e outras lacunas de definições são verificadas em publicações de outros autores que abordam superficialmente o tema.

Por outro lado, quando Trigo (2009) finaliza sua definição citando algumas subsegmentações, as quais, na visão dele, estariam relacionadas ao Turismo GLS (leia-se LGBT), sabe-se que, de fato, existe essa associação/relação referida. A dúvida seria se, realmente, existiriam graus de hierarquização ou subsegmentações entre tipologias de turismo. E se existirem, o Turismo LGBT, em alguns momentos, pode não ser a motivação principal do viajante, mas sim, secundária. Portanto, este tipo de turismo, se se levar em consideração uma lógica inversa à definição de Trigo (2009), em algumas ocasiões, poderia ser um subsegmento de outros tipos de turismo, tais como: o de turismo de esportes, turismo cultural, turismo de saúde, etc.

Existiria Turismo Lésbico? Turismo Trans? Turismo para Travestis? Pensando-se em algum evento/atrativo/destino turístico ligado especificamente a uma determinada letra da sigla LGBT, pode ser que sim. Portanto, Turismo LGBT não necessariamente representará um todo. São questionamentos interessantes para se pensar.

Outra definição de Turismo LGBT, também chamada de Turismo GLS (*Gays, Lésbicas e Simpatizantes*), é acerca do que Angeli (1999) afirma em relação ao que ela investigou sobre a origem do termo. Para ela:

o turismo GLS nasceu de uma oportunidade de mercado inexplorada pelas agências de turismo tradicional. Kevin Mossier e Jack Sroka, profissionais de turismo do mercado norte-americano, perceberam que muitos de seus clientes, principalmente do sexo masculino, buscavam alternativas aos equipamentos de turismo e de lazer voltados aos heterossexuais. Resolveram, então, fundar em 1992, em Minneapolis, Estados Unidos, a primeira agência voltada ao atendimento exclusivo de turistas homossexuais – a RSVP Travel Productions. Naquele ano, a grande idéia foi fretar um navio para a realização de cruzeiros somente para gays. Muitas companhias marítimas se recusaram, mas, depois de inúmeras tentativas e uma lista de espera de clientes interessados, conseguiram fretar sete navios. (SIC). (ANGELI, 1999, p.184-185).

Angeli (1999) traz uma possível origem americana do termo *Turismo GLS*, num contexto mercadológico e com uma tendência maior para caracterização de um Turismo

Gay do que um turismo GLS (leia-se atualmente LGBT), dada a citação de um evento ocorrido com homossexuais americanos. Não foram encontrados, para a pesquisa deste Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, outros autores que citassem definições claras e mais completas sobre Turismo LGBT, com outras possíveis origens, de fato.

A segmentação e denominação de Turismo LGBT já existe numa perspectiva mercadológica, em consonância entre agências de viagem, meios de hospedagem, empresas de eventos, transportadoras e demais atuantes do *trade* turístico. O MTur, como já dito anteriormente, não legitima esta segmentação de maneira autônoma, como um segmento independente, institucionalizado.

A segmentação do turismo no Brasil, como proposta pelo Ministério do Turismo, visa atender ao mercado turístico de acordo com perfis de demanda distintos. Para Paiva (1995, p.21):

na produção e comercialização dos serviços turísticos, a supremacia da visão mercadológica chega a segmentar o turismo em diversos tipos, estabelecendo esforços mercadológicos específicos a cada clientela a ser atingida. Fala-se em turismo de lazer, de negócios, de congressos, profissional, educacional, esportivo, termal, ecológico, de terceira idade e de aventuras. (PAIVA, 1995, p.21).

Porém, nem todas as segmentações citadas por Paiva (1995) são oficializadas pelo MTur. Algumas delas tornam-se segmentação de mercado, estabelecidas por demandas específicas, como, por exemplo, ainda que não citado por Paiva (1995), o Turismo LGBT.

O Turismo LGBT é um terreno fértil e complexo, assim como todo o fenômeno do turismo, de modo geral. Para Carvalho e Moesch (2013, p.446-447):

a preocupação em definir turismo não é exclusiva de pesquisadores da área acadêmica. Por se tratar de prática social com potencial econômico, o mercado necessita formalizar sua importância na perspectiva econômica. [...] o saber turístico tornou-se mercantilizado e facetado, ou seja, a análise deteve-se nas partes, havendo separação do todo, e não observou sua complexidade, permanecendo na superfície da investigação de sua episteme, restringindo a uma concepção funcionalista (CARVALHO e MOESCH, 2013, p.446-447).

O que afirmam as pesquisadoras Carvalho e Moesch (2013) pode ser aplicado ao turismo de uma maneira geral e, também, de modo mais específico, por exemplo, em relação ao Turismo LGBT. Durante a pesquisa bibliográfica, para este TCC, observou-se que as discussões acerca do Turismo LGBT, pelo que foi coletado previamente, tendiam a um viés mercadológico e econômico bem acentuado, com perfis

generalizados dos consumidores LGBT's do/no turismo (como se a sigla representasse uma homogeneização de públicos). Verificou-se, também, uma escassez (na maioria das vezes, inexistência) de definições acerca do que de fato seria o Turismo LGBT e seus limites conceituais, por exemplo, ser LGBT e viajar não necessariamente faz com que se esteja praticando/consumindo ou vivendo uma experiência de Turismo LGBT.

No próximo capítulo, tem-se a primeira parte dos resultados obtidos desta pesquisa, em resposta ao primeiro objetivo específico proposto. Será feita uma análise, por meio de uma pesquisa documental, sobre o que existiu/existe ou não existe em relação a políticas públicas e direitos humanos de LGBT's e/no (o) turismo.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS: TURISMO E DIVERSIDADE DE GÊNERO (1ª PARTE DOS RESULTADOS OBTIDOS – PESQUISA DOCUMENTAL)

Ao se fazer um levantamento bibliográfico inicial em relação às publicações específicas ou relacionadas ao Turismo LGBT existentes, constatou-se, no conteúdo do que foi lido para a elaboração do arcabouço teórico, que se tratavam de trabalhos com um viés mercadológico/econômico acentuado. As definições sobre o que seria o Turismo LGBT (quando apresentadas nas publicações) pareciam incompletas, com uma análise generalizada do perfil socioeconômico e cultural de LGBT's e uma carência de conceitos que delimitassem as suas fronteiras. Além disso, na bibliografia consultada, não houve o registro de algum trabalho que fizesse uma análise social ou que tratasse de possíveis políticas públicas e direitos humanos de LGBT's e/no (o) turismo. Por sua vez, ainda durante a pesquisa bibliográfica, não foram encontrados trabalhos que fizessem outras abordagens referentes ao o Turismo LGBT, sem um direcionamento para uma perspectiva econômica e mercadológica.

De posse de uma leitura bibliográfica prévia, para a construção do corpo teórico da pesquisa, a hipótese inicial de que os trabalhos acadêmicos que tratam do Turismo LGBT pendiam para um viés mais econômico e mercadológico foi se confirmando, ainda que se urgia descobrir empiricamente se a premissa era verdadeira ou se seria refutada.

Assim, optou-se pelo mapeamento de publicações existentes no Portal Google Acadêmico, relacionadas ao Turismo LGBT. Utilizou-se a palavra-chave *Turismo LGBT*, para busca online. O conteúdo das publicações encontradas no GA é interessante e importante, ainda que este sítio eletrônico não contenha apenas trabalhos que passaram por um rigor científico de análise. Por ser de mais fácil acesso e não exigir cadastros em plataformas, foi, também, um critério escolhido para se utilizá-lo.

O intuito das buscas no GA foi investigar o que se tem de produção acadêmica a respeito do Turismo LGBT, de forma qualitativa e com a criação de categorias de análise que serão explicadas mais adiante. Logo em seguida, a verificação do conteúdo das publicações encontradas no GA, também de maneira qualitativa e categorizada, foi de suma importância para se confirmar ou refutar a hipótese inicial, sobre o que se tratam essas publicações coletadas, se a maioria diz respeito a uma abordagem econômica/mercadológica do Turismo LGBT ou se as discussões se propõem a

trabalhá-lo numa perspectiva mais social, com propostas de políticas públicas e direitos humanos de LGBT's e/no (o) turismo ou por outros ângulos de observação.

3.1 Políticas Públicas de Turismo

Para Gastal e Moesch (2007), as políticas públicas precisam estar ancoradas em projetos, como parte das ações, de maneira multissetorializada e integrada, por meio de propostas agrupadas, proporcionando ao cidadão uma compreensão abrangente do todo.

As políticas públicas de turismo são importantes pois darão direcionamento (GASTAL e MOESCH, 2007), sistematizarão programas, planos e projetos e estruturarão esse setor nas suas dimensões regionais, estaduais, nacionais e para com o mercado internacional.

Ao se construírem políticas públicas de turismo, deve explicitar como o turismo funciona estruturalmente. Na visão de Beni (2006, p. 16):

a primeira é a legislação dos setores que possuem um maior *trade off* com o turismo e, normalmente, não é pensada como tendo resultados turísticos, mas que afeta inevitavelmente as operações nesse setor. A mais comum inclui regulamentações no investimento, comércio, competição, propriedade, propaganda, proteção ambiental e uso da terra e vários aspectos do mercado de trabalho, como salários mínimos, carga horária, condições de trabalho, oportunidades iguais e restrições ao trabalho estrangeiro, interferindo, dessa forma, na oferta e no preço do trabalho. A segunda parte é a legislação turística *stricto sensu* - as leis e os regulamentos direcionados ao setor, que lidam com a operação e o gerenciamento de empreendimentos turísticos, como as regulamentações no transporte e operações de serviços de viagens, taxas especiais de embarque e desembarque de passageiros, incentivos financeiros e fiscais, uso e ocupação do solo e outros recursos naturais para desenvolvimento e geração de demanda de turismo, entre outros. (BENI, 2006, p.16, grifo do autor).

As políticas públicas de turismo funcionarão de maneira integrada entre as iniciativas pública e privada. Gastal e Moesch (2007, p.42) salientam que:

mais importante, uma *política pública* deve ter clareza sobre a concepção de Turismo que defende, sobre qual a visão de desenvolvimento buscar e sobre quais são os seus compromissos. Deve, ainda, ter como objetivo democratizar o bem público chamado Turismo, possibilitando que o lazer e a hospitalidade sejam acessíveis a todos, visitantes e cidadãos, não apenas como uma potencialidade, mas como realidade, e que a sociedade organizada incida nessas definições. (GASTAL e MOESCH, 2007, p.42, grifo das autoras).

Para esta pesquisa, foi necessária a investigação das políticas públicas e direitos humanos relacionados aos LGBT's, fora do âmbito do turismo (mas com o intuito de verificar se, mesmo assim, o turismo era mencionado nestes), para, então, estabelecer

suas correlações. A seguir, a pesquisa documental feita em relação a políticas públicas e direitos humanos para LGBT's e/no (o) turismo, em resposta ao primeiro objetivo específico proposto neste trabalho.

3.2 Direitos Humanos de LGBT's no Brasil

A Constituição de 1988 diz, no Artigo 5º, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988). No entanto, na prática, isso nem sempre ocorre/ocorreu. LGBT's ainda buscam igualdade de direitos. Carrara (2010, p.134) faz uma importante reflexão sobre os avanços e omissões da atual Constituição Brasileira. Para ele:

no momento em que foi elaborada, a chamada “Constituição Cidadã” espelhou a configuração de forças existente entre diferentes movimentos sociais que à época buscavam transportar para a esfera pública uma série de questões antes consideradas do âmbito da vida privada, muitas delas envolvendo questões relativas ao gênero e à sexualidade. Certas transformações foram expressivas, como a formulação da equidade de gênero como direito constitucional e o reconhecimento legal da existência de diversas formas de família, reflexos claros da pressão de grupos feministas e de mulheres. Já a não inclusão na nova Carta constitucional da “orientação sexual” e da “identidade de gênero” entre as diversas situações de discriminação a serem combatidas pelos poderes públicos evidencia o quanto o contexto político daquele momento era desfavorável para o então chamado Movimento Homossexual Brasileiro ou, como se designa atualmente, Movimento LGBT. (SIC). (CARRARA, 2010, p.134).

Mesmo com as omissões da Constituição de 1988, em relação aos LGBT's, o Judiciário, com base nos princípios de igualdade estabelecidos pela Carta Constitucional, avançou na garantia de alguns direitos a esses grupos minoritários (CARRARA, 2010, p.134).

A iniciativa de se promover uma agenda sobre os Direitos Humanos no Brasil surgiu “por iniciativa do então Chanceler Fernando Henrique Cardoso”. (BRASIL, 1996a, p.9). Este, em 1993, reuniu-se, no Ministério das Relações Exteriores, com representantes do Ministério da Justiça e da Procuradoria Geral da República, membros de organizações não-governamentais, para identificar um panorama da realidade brasileira capaz de estabelecer uma agenda do Brasil para a Conferência Mundial de Direitos Humanos realizada, naquele ano, em Viena.

Como desmembramento de ações, em 1996 foi sancionado o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) cujo objetivo foi:

eleger prioridades e apresentar propostas concretas de caráter administrativo, legislativo e político-cultural que busquem equacionar os mais graves problemas que hoje impossibilitam ou dificultam a sua plena realização. O PNDH é resultante de um longo e muitas vezes penoso processo de democratização da sociedade e do Estado brasileiro. (BRASIL, 1996a, p.8-9).

O PNDH-1 trouxe 228 propostas de ações governamentais divididas em itens e subitens, com critérios de resolução definidos a curto, médio e longo prazo. Estas proposições abrangeram as políticas públicas de proteção e promoção dos direitos humanos, à vida, à liberdade, ao tratamento igualitário perante a lei, à educação e à cidadania (BRASIL, 1996a).

A publicação desse documento (BRASIL, 1996a) torna-se um marco importante para a reivindicação de direitos humanos no país, não somente para homossexuais, mas também, para outras parcelas da sociedade que são estigmatizadas. Sendo assim:

direitos humanos são os direitos fundamentais de todas as pessoas, sejam elas mulheres, negros, **homossexuais**, índios, idosos, portadores de deficiências, populações de fronteiras, estrangeiros e migrantes, refugiados, portadores de HIV, crianças e adolescentes, policiais, presos, despossuídos e os que têm acesso à riqueza. Todos, enquanto pessoas, devem ser respeitados, e sua integridade física protegida e assegurada. (BRASIL, 1996a, p.7, grifo nosso).

A referência aos homossexuais nesse documento pode ser vista quando se falam em propostas de ações governamentais, no que dizem respeito ao item “*Proteção do direito à vida*”, com o subitem “*Segurança das pessoas, a curto prazo*”. Propõe-se, então, “apoiar programas para prevenir a violência contra grupos em situação mais vulnerável, caso de crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros, indígenas, migrantes, trabalhadores sem terra e **homossexuais**”. (BRASIL, 1996a, p.16, grifo nosso).

Outra menção aos homossexuais refere-se ao item “Proteção do direito ao tratamento igualitário perante a lei”, com o subitem “Direitos Humanos, Direitos de Todos”, quando se estabelece, a curto prazo, que se irá:

propor legislação proibindo todo tipo de discriminação, com base em origem, raça, etnia, sexo, idade, credo religioso, convicção política ou **orientação sexual**, e revogando normas discriminatórias na legislação infraconstitucional, de forma a reforçar e consolidar a proibição de práticas discriminatórias existente na legislação constitucional. (BRASIL, 1996a, p. 23, grifo nosso).

A atualização do programa ocorreu em 2002, seis anos após a 1ª edição, de 1996. O Governo Federal afirma, nesse documento, que:

o PNDH II incorpora ações específicas no campo da garantia do direito à educação, à saúde, à previdência e assistência social, ao trabalho, à moradia, a um meio ambiente saudável, à alimentação, à cultura e ao lazer, assim como propostas voltadas para a educação e sensibilização de toda a sociedade brasileira com vistas à construção e consolidação de uma cultura de respeito aos direitos humanos. Atendendo a anseios da sociedade civil, foram estabelecidas novas formas de acompanhamento e monitoramento das ações contempladas no Programa Nacional, baseadas na relação estratégica entre a implementação do programa e a elaboração dos orçamentos em nível federal, estadual e municipal. O PNDH II deixa de circunscrever as ações propostas a objetivos de curto, médio e longo prazo, e passa a ser implementado por meio de planos de ação anuais, os quais definirão as medidas a serem adotadas, os recursos orçamentários destinados a financiá-las e os órgãos responsáveis por sua execução. (BRASIL, 2002a, p.3)

Nessa 2ª edição, em 2002, o PNDH (BRASIL, 2002a) mostra-se mais expressivo e inclusivo em relação à população GLTTB (Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais – sigla usada no documento) e não traz apenas raras menções restritas aos homossexuais, tal como ocorreu no PNDH-1, de 1996. Logo no prefácio da publicação, se reconhece a necessidade de ampliar os debates, em que se diz: “inserimos, na pauta das políticas públicas, questões que até pouco tempo atrás eram consideradas tabus ou não recebiam a devida atenção, como a dos direitos dos **homossexuais**”. (BRASIL, 2002a, p. 5, grifo nosso).

O PNDH-2 foi estabelecido em 518 propostas de ações governamentais, inseridas nos seguintes 29 itens, a saber: *Propostas Gerais; Garantia do Direito à Vida; Garantia do Direito à Justiça; Garantia do Direito à Liberdade, Opinião e Expressão; Crença e Culto; Garantia do Direito à Igualdade; Crianças e Adolescentes; Mulheres, Afrodescendentes; Povos Indígenas; Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais - GLTTB; Estrangeiros, Refugiados e Migrantes; Ciganos; Pessoas Portadoras de Deficiência; Idosos; Garantia do Direito à Educação; Garantia do Direito à Saúde, à Previdência e à Assistência Social; Saúde Mental; Dependência Química; HIV/AIDS; Garantia do Direito ao Trabalho; Acesso a Terra; Garantia do Direito à Moradia; Garantia do Direito a um Meio Ambiente Saudável; Garantia do Direito à Alimentação; Garantia do Direito à Cultura e ao Lazer; Educação, Conscientização e Mobilização; Inserção nos Sistemas Internacionais de Proteção; e, por último, Implementação e Monitoramento.* (BRASIL, 2002a, grifo nosso).

Esse documento (BRASIL, 2002a) faz uma menção ao termo “orientação sexual” dentro dos itens *Crença e Culto; Crianças e Adolescentes; Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais – GLTTB;* e no *Garantia do Direito ao Trabalho.*

Como exemplo, no item *Crença e Culto*, são estabelecidas, dentre outras prerrogativas, as seguintes proposições:

114. Propor emenda à Constituição Federal para incluir a garantia do direito à livre **orientação sexual** e a proibição da discriminação por **orientação sexual**.

115. Apoiar a regulamentação da parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo e a regulamentação da lei **de redesignação de sexo e mudança de registro civil para transexuais**.

116. Propor o aperfeiçoamento da legislação penal no que se refere à discriminação e à violência motivadas por **orientação sexual**.

117. Excluir o termo ‘pederastia’ do Código Penal Militar.

118. Incluir nos censos demográficos e pesquisas oficiais dados relativos à **orientação sexual**. (BRASIL, 2002a, p.12, grifo nosso)

Observa-se, no item *Crença e Culto*, do PNDH-2 (BRASIL, 2002a, p. 12), e também em outras ações governamentais propostas do referido documento, em outros itens, que há um avanço em relação ao que tinha sido estabelecido no PNDH-1, de 1996. No PNDH-2, ao se falar em “orientação sexual”, entende-se de maneira mais abrangente que não se trata apenas de homossexuais, tal como ficou um tanto subentendido e mal esclarecido no texto do documento do PNDH-1.

O PNDH-2 (BRASIL, 2002a), na proposta de ação governamental 115, do item *Crença e Culto*, aborda a temática da cirurgia de transgenitalização, chamada no documento de “redesignação de sexo” e a mudança de registro civil para transexuais, o que mostra um avanço. Contudo, o texto não fala em possibilidade de mudança de registro civil também para travestis.

Mais adiante, dentro do item “*Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais – GLTTB*”, do PNDH-2 (BRASIL, 2002a, p.19), tem-se as seguintes propostas de ações governamentais:

240. Promover a coleta e a divulgação de informações estatísticas sobre a situação sócio-demográfica dos GLTTB, assim como pesquisas que tenham como objeto as situações de violência e discriminação praticadas em razão de orientação sexual.

241. Implementar programas de prevenção e combate à violência contra os GLTTB, incluindo campanhas de esclarecimento e divulgação de informações relativas à legislação que garante seus direitos.

242. Apoiar programas de capacitação de profissionais de educação, policiais, juízes e operadores do direito em geral para promover a compreensão e a consciência ética sobre as diferenças individuais e a eliminação dos estereótipos depreciativos com relação aos GLTTB.

243. Inserir, nos programas de formação de agentes de segurança pública e operadores do direito, o tema da livre orientação sexual.

244. Apoiar a criação de instâncias especializadas de atendimento a casos de discriminação e violência contra GLTTB no Poder Judiciário, no Ministério Público e no sistema de segurança pública.

245. Estimular a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para a promoção social e econômica da comunidade GLTTB.
246. Incentivar programas de orientação familiar e escolar para a resolução de conflitos relacionados à livre orientação sexual, com o objetivo de prevenir atitudes hostis e violentas.
247. Estimular a inclusão, em programas de direitos humanos estaduais e municipais, da defesa da livre orientação sexual e da cidadania dos GLTTB.
248. Promover campanha junto aos profissionais da saúde e do direito para o esclarecimento de conceitos científicos e éticos relacionados à comunidade GLTTB.
249. Promover a sensibilização dos profissionais de comunicação para a questão dos direitos dos GLTTB. (SIC). (BRASIL, 2002a, p.19).

O PNDH-3 (BRASIL, 2010b) foi instituído pelo Decreto nº 7.037, de 21 de Dezembro de 2009 (BRASIL, 2009) e foi atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de Maio de 2010 (BRASIL, 2010a). Segundo sua apresentação inicial:

o PNDH-3 representa um verdadeiro roteiro para seguirmos consolidando os alicerces desse edifício democrático: diálogo permanente entre Estado e sociedade civil; transparência em todas as esferas de governo; primazia dos Direitos Humanos nas políticas internas e nas relações internacionais; caráter laico do Estado; fortalecimento do pacto federativo; universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; opção clara pelo desenvolvimento sustentável; **respeito à diversidade**; combate às desigualdades; erradicação da fome e da extrema pobreza. As políticas públicas em Direitos Humanos que o Governo Federal desenvolve se distribuem por todas as áreas da administração e um ponto forte nesta terceira edição do PNDH é o fato inédito de ele ser proposto por 31 ministérios. (BRASIL, 2010b, p.11, grifo nosso).

Nessa apresentação do PNDH-3 (BRASIL, 2010b, p. 13), faz-se menção a alguns avanços conquistados no Brasil, dentre eles, a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, ocorrida em 2008.

O PNDH-3 (BRASIL, 2010b, p.18) tem a sua estrutura montada da seguinte forma:

seis eixos orientadores, subdivididos em 25 diretrizes, 82 objetivos estratégicos e 521 ações programáticas, que incorporam ou refletem os 7 eixos, 36 diretrizes e 700 resoluções aprovadas na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em Brasília entre 15 e 18 de dezembro de 2008, como coroamento do processo desenvolvido no âmbito local, regional e estadual. O Programa também inclui, como alicerce de sua construção, propostas aprovadas em cerca de 50 conferências nacionais temáticas realizadas desde 2003 sobre igualdade racial, direitos da mulher, segurança alimentar, cidades, meio ambiente, saúde, educação, juventude, cultura etc. (BRASIL, 2010b, p.18)

Nessa 3ª edição do PNDH (BRASIL, 2010b), observa-se um avanço ainda maior em relação às propostas de políticas públicas e direitos humanos relacionados aos LGBT's. Além de terem sido citados com maior expressividade neste documento,

começa-se, de fato, a se pensar nessa população de maneira mais integrada, respeitando-se as pautas particulares que diferem *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e demais entre si. Apesar de o PNDH-2 utilizar a sigla da época “GLTTB”, é no PNDH-3 que o seu sentido (já atualizada para LGBT) começa a ter maior dimensão. Percebe-se, inclusive, que a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT, realizada em 2008, em Brasília-DF, como se chamou à época, parece ter tido, realmente, uma grande contribuição nesse sentido para a formulação do PNDH- 3.

No PNDH-3 (BRASIL, 2010b), as políticas públicas direcionadas mais diretamente aos LGBT’s podem ser visualizadas nos seguintes Eixos Orientadores, com suas respectivas Diretrizes e Objetivos Estratégicos a seguir: Eixo Orientador III “*Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades*”; Eixo Orientador IV “*Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência*”; e Eixo Orientador V “*Educação e Cultura em Direitos Humanos*”.

Como se pode verificar, com a análise do PNDH-3, constata-se, de maneira geral, a sua progressão em relação às ações programáticas propostas nos PNDH-1 e 2. No PNDH-3, observa-se, dentre outras ações programáticas para LGBT’s, que, por exemplo, travestis e transexuais conseguem um destaque maior para o estabelecimento de propostas particulares. No entanto, no PNDH-2, fala-se em mudança de registro civil para transexuais e, no PNDH-3, fala-se apenas em mudança de nome social para travestis e transexuais. Ou seja, não se falou em mudança de registro civil para transexuais, no PNDH-3, o que deveria ter sido feito e, inclusive, seria necessário acrescentar as travestis nesta pauta, pois muitas delas também têm o desejo de mudar o nome oficialmente.

Os termos “identidade de gênero” e “diversidade de gênero” ganham maior destaque no PNDH-3. De modo geral, pensa-se na população LGBT de uma maneira mais abrangente, inclusive, com considerações de direitos específicos para a população LGBT carcerária; para o combate ao tráfico de pessoas; com políticas de combate à discriminação; ações para garantir a adoção de filhos por casais homoafetivos união civil entre pessoas do mesmo sexo; políticas de cuidado com a saúde de LGBT’s; e garantia de acompanhamento multiprofissional para transexuais que desejam fazer a cirurgia de “redesignação sexual”.

O PNDH 3 não faz menção ao Turismo LGBT, o que também não ocorre nos PNDH 1 e 2. Quando, nos PNDH’s, cita-se o Ministério do Turismo como uma das

entidades responsáveis por determinadas propostas de ações programáticas, ou se tratam de assuntos não relacionados aos LGBT's, ou são temáticas envolvendo exploração sexual de menores. Neste caso, podem ou não envolver LGBT's. Vale ressaltar que exploração sexual no turismo não é turismo e não tem nada a ver com Turismo LGBT.

O intuito de pesquisar o conteúdo dos PNDH's foi verificar o que existe de políticas públicas e direitos humanos para LGBT's no Brasil. Não é a proposta deste Trabalho de Conclusão de Curso verificar o que, de fato, saiu do papel e se tornou uma ação programática efetivada. Para isso, seria necessária a elaboração de um outro trabalho acadêmico.

Espelho de Souza *et al.* (2012) salientam que “uma das orientações para formulação e aplicação de políticas públicas de maior importância no Brasil é o PNDH. (ESPELHO DE SOUZA *et al.*, 2012, p.95). E, em relação às três edições instituídas do PNDH, até o momento, estes autores concluem que:

no dia 13 de maio de 1996, foi publicado o Decreto nº 1.904, que estabeleceu o PNDH I. Ainda sob o impacto da repressão ditatorial e sob a influência da Conferência de Viena de 1993, o primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos foi criado para reafirmar, especialmente, os direitos civis. Em 2002, o programa foi revisto e atualizado. Mais extenso que o anterior, o PNDH-2 trouxe, como novidades, maior ênfase nos direitos econômicos, sociais e culturais. A terceira edição inovou ao atribuir, à já extensa lista dos primeiros programas, as características de universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos. Com maior ênfase sobre os direitos de terceira geração, o PNDH-3 é dividido em seis eixos orientadores, que trazem diretrizes, objetivos estratégicos e ações programáticas específicos de cada tema. (ESPELHO DE SOUZA *et. al.*, 2012, p.95-96).

Espelho de Souza *et al.* (2012) fazem um balanço positivo do PNDH, sobretudo em relação à terceira edição, de 2009/2010. Para estes autores, os ligeiros avanços ocorridos, em relação aos LGBT's, não partiram por iniciativa do Congresso Nacional, mas por parte do Poder Judiciário, através do Supremo Tribunal Federal – STF e do Superior Tribunal de Justiça – STJ . (ESPELHO DE SOUZA *et al.*, 2012, p. 97).

Em 2004, durante o processo de implantação do PNDH 2, o Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde, cria o BSH - *Programa Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual*. Esta iniciativa representou um considerável avanço em relação às políticas públicas de combate ao preconceito quanto às identidades de gênero e orientações sexuais. O objetivo principal do BSH foi:

promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais. (BRASIL, 2004, p.11).

E, para atingir esse objetivo, o BSH traçou as seguintes metas:

- a) apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia;
- b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos;
- c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção da auto-estima homossexual; e
- d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB. (SIC). (BRASIL, 2004, p.11).

De acordo com Rossi (2010, p.11):

o ineditismo deste Programa se dá por conta de ser o primeiro programa governamental criado em interlocução com o movimento LGBT em resposta às suas demandas para além do campo da saúde. Com base nas principais exigências dessa população, o documento é composto por um programa de cinquenta e três ações que vai da articulação de políticas de promoção da cidadania homossexual, passando por políticas de saúde, educação, cultura, trabalho, justiça e segurança, incluindo também políticas para a juventude, as mulheres e os negros. (ROSSI, 2010, p.11).

A partir da análise do BSH, verificou-se não haver nenhuma citação ou referência ao turismo e nem ao turismo LGBT. Mas, constatou-se a grande contribuição deste documento para a promoção de políticas públicas, em nível federal, para os LGBT's.

Amorim Correia (2013, p. 52) salienta que, nesse período, o Ministério da Cultura fez uma reestruturação de suas unidades administrativas. Segundo a pesquisadora:

o Decreto nº 5.036, de 7 de abril de 2004, estipula o quadro regimental do MinC, colocando em sua estrutura organizacional a Secretaria de Políticas Culturais; Secretaria de Programas e Projetos Culturais; Secretaria do Audiovisual; Secretaria de Articulação Institucional; Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura e a **Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural**. O mesmo decreto estabelece, no artigo 11, as competências desta última Secretaria. (AMORIM CORREIA, 2013, p.52, grifo nosso).

Naquele momento, o MinC estabelecia uma importante tomada de decisão em relação à proteção da identidade e da diversidade cultural, dentre outras providências. O Decreto nº 5.036, de 07 de abril de 2004 (BRASIL, 2004a), passou por algumas

revogações e, atualmente, segue uma nova redação, através do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016 (BRASIL, 2016a), a mais atualizada até o momento. Este último Decreto (BRASIL, 2016a), em seu Artigo 2º, no Inciso II, alínea “c”, cita a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, (BRASIL, 2016a). Esta é uma nova roupagem da antiga Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural. Dentre outras medidas, o Art. 13, deste Decreto (BRASIL, 2016a), afirma que, entre outras premissas:

à Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural compete:

- I - planejar, coordenar, monitorar e avaliar políticas, programas, projetos e ações para a promoção da cidadania e da diversidade cultural brasileira;
- II - promover e fomentar o acesso aos meios de produção, formação, fruição e difusão cultural e o reconhecimento dos direitos culturais;
- III - promover ações que estimulem a convivência e o diálogo entre diferentes, a prática da interculturalidade, o respeito aos direitos individuais e coletivos, a proteção e o reconhecimento da diversidade simbólica e étnica;
- IV - disponibilizar informações sobre os programas, os projetos e as ações e fomentar o registro, o intercâmbio e o acesso ao conhecimento sobre expressões culturais, cidadania e diversidade cultural; (BRASIL, 2016a).

Apesar de o Ministério da Cultura ser uma autarquia extremamente importante para o fomento a políticas públicas de valorização das identidades e da diversidade cultural, não se observou, nem no Decreto nº 5.036, de 2004 (BRASIL, 2004a) e nem no atual Decreto nº 8.837, de 2016 (BRASIL, 2016a), que revoga os anteriores, menção à diversidade de gênero, identidade de gênero, orientação sexual ou qualquer outro assunto relacionado à temática LGBT.

Verifica-se, com isso, uma omissão nos Decretos citados no parágrafo anterior, relacionados ao MinC, com respeito à inclusão de LGBT's como parte do que atenderia a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural.

Durante o período de 2004 a 2016, pelo qual o MinC passou por reestruturações administrativas, ocorreram três Conferências Nacionais LGBT's no Brasil.

A 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT, ocorreu de 05 a 08 de junho de 2008, em Brasília-DF (BRASIL, 2008). Segundo os Anais do evento, este encontro representa um “marco histórico na luta pela Cidadania e pelos Direitos Humanos da população LGBT” (BRASIL, 2008, p.5). De acordo com esta publicação:

a Conferência teve como tema "Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais", sendo precedida de conferências estaduais em todas as

unidades da federação e incontáveis reuniões preparatórias de âmbito municipal ou regional." (BRASIL, 2008, p.5).

A 1ª Conferência Nacional LGBT (BRASIL, 2008) teve o seu texto base dividido nos seguintes eixos: direitos humanos, saúde, educação, justiça e segurança pública, cultura, trabalho e emprego, previdência social, turismo, cidades e comunicação (BRASIL, 2008, p.156).

E o 8º Eixo estruturante dessa 1ª Conferência Nacional LGBT (BRASIL, 2008, p. 216-218), relacionado ao Turismo, teve as seguintes pautas aprovadas:

1. Apoiar Paradas e eventos do Orgulho LGBT, de forma que as mesmas promovam os direitos humanos e a cidadania, envolvendo poder público, iniciativa privada e organizações da sociedade civil.
2. Criar e publicar financiamento das Paradas e eventos do Orgulho LGBT no Brasil.
3. Fomentar o turismo LGBT potencializando a economia e a inclusão social, de forma sustentável, em todo território nacional, de acordo com o perfil turístico de cada região.
4. Fomentar o sucesso do projeto "Brasil: Destino Diversidade" será realizado o treinamento "Sensibilizando para a Diversidade" que visa capacitar profissionais para o atendimento de LGBT em setores como hotelaria, envolvendo áreas de gerência, reservas, recepção, governança, eventos, alimentos e bebidas, agências e receptivos, abrangendo a gerência e o atendimento e, ainda, o campo dos serviços, comércio, restaurantes, bares, seguranças, **ente** outros. (SIC). (Grifo nosso).
5. Promover medidas para que o Brasil se torne um destino acolhedor para turistas LGBT, e difundir informações que promovam o respeito à diversidade cultural, orientação sexual e identidade de gênero.
6. Participar de eventos e feiras nacionais e internacionais de turismo e do segmento LGBT com materiais focados no recorte LGBT.
7. Promover os potenciais turísticos dos Estados por meio de propaganda e mídia divulgando calendário de eventos e circuitos LGBT.
8. Captar eventos LGBT internacionais para o Brasil.
9. Utilizar os Escritórios Brasileiros Embratur para promover produtos, destinos e serviços LGBT.
10. Apoiar as ações de prevenção e enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil.
11. Financiar, por meio de convênios, recursos para o mapeamento da cadeia turística LGBT do Brasil para a criação de um banco de dados eletrônico.
12. Elaborar peças publicitárias pontuais destinadas ao público LGBT, divulgando o projeto "Brasil Destino Diversidade".
13. Garantir que o Programa "Brasil Destino Diversidade" ressalte a importância do respeito ao nome social.
14. Assegurar assento de representação da sociedade civil organizada LGBT, com conhecimento específico na área de turismo, nos conselhos de turismo municipal, estadual e federal.
15. Credenciar os empreendimentos de turismo que respeitem a orientação sexual e identidade de gênero LGBT, criando um selo que identifique essas empresas.
16. Garantir recursos para promover campanhas para sensibilizar a sociedade para bem receber o turista LGBT.
17. Garantir que as políticas relacionadas ao turismo LGBT tenham como preocupação a empregabilidade e a geração de oportunidades para a população LGBT.

18. Criar, no âmbito do Ministério do Turismo, órgão específico para o turismo LGBT.
19. Incluir, nos próximos Planos Nacionais de Turismo, políticas públicas que visem a promoção do turismo LGBT.
20. Assegurar investimentos com a finalidade de incentivar o turismo sustentável voltado à população LGBT.
21. Apoiar a produção de pesquisas acadêmicas sobre o turismo LGBT, com o objetivo de apoiar políticas públicas de turismo e direitos humanos.
22. Garantir que todas as ações e atividades elencadas para compor as políticas públicas para o turismo LGBT tenham previsão e rubrica orçamentária.
23. Elaborar o Programa "Viaja Mais Diversidade". BRASIL, 2008, p. 216-218).

E, no 9º Eixo estruturante - Cidades, no item 51 (BRASIL, 2008), também há uma menção aos LGBT's e/no (o) turismo:

Item 51. Fomentar, por meio de parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Turismo, a participação da comunidade LGBT nas rotas e destinos ecoturísticos, inclusive apoiando ações de promoção do Brasil como destino acolhedor a LGBT em áreas naturais protegidas, como os Parques Nacionais, Estaduais e Municipais. (BRASIL, 2008, p. 224).

Nessa 1ª Conferência Nacional LGBT (BRASIL, 2008), observou-se um avanço em relação a propostas de direitos humanos para os LGBT's e um ineditismo, sobretudo, em pautas de políticas públicas aprovadas especificamente relacionadas ao Turismo LGBT, as quais tiveram destaque.

No plano teórico, constatou-se uma preocupação em fomentar o Turismo LGBT não apenas numa perspectiva econômica e mercadológica, mas também, conforme dispõem alguns itens do seu 8º Eixo estruturante, dessa 1ª Conferência Nacional LGBT (BRASIL, 2008, p. 216-218), dentre outros aspectos, verifica-se, por exemplo, no item 14, deste Eixo, uma atenção em abrir um espaço de diálogo com a sociedade civil que tenha conhecimento específico no turismo. Já no item 16, há uma discussão sobre a importância de promover uma mudança de mentalidade da sociedade em relação a como acolher os LGBT's em seus destinos turísticos; no item 18, há a proposta de criação de um setor específico sobre Turismo LGBT no MTur; no item 19, faz-se a menção de colocar o Turismo LGBT na pauta da maior política pública relacionada ao turismo, que são os Planos Nacionais de Turismo; e, no item 21, constata-se um entendimento de que há a necessidade de se problematizar academicamente as discussões sobre o Turismo LGBT e, para isso, haveria a importância de um apoio que estimule cientificamente as pesquisas.

Nesse item 21, observa-se que há uma intenção em se pensar o Turismo LGBT por uma perspectiva que possa ir além da econômica/mercadológica, ou seja, no que se refere a refletir acerca dessa temática com um olhar mais humanizado e social, promovendo-se discussões referentes aos direitos humanos e políticas públicas para LGBT's e/no (o) turismo.

No ano de 2011, acontece a 2ª Conferência Nacional LGBT, passando a ser chamada de Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais LGBT (BRASIL, 2011). Este evento caracterizou-se pela:

consolidação das políticas públicas para o segmento LGBT e teve como tema Por um país livre da pobreza e da discriminação, promovendo a cidadania de lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, sendo precedida de 27 conferências estaduais e inúmeras conferências regionais e municipais. Depois do Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter sido o pioneiro na realização de uma conferência nacional, institucional e representativa para a população LGBT, a Presidenta Dilma Rousseff, em seu primeiro ano de governo, realiza a 2ª Conferência Nacional LGBT. Trata-se de um fórum que não apenas avalia a efetividade das ações previstas no Plano Nacional de Políticas Públicas para a População LGBT, resultado da 1ª Conferência, como também, a partir dos avanços alcançados, traça novas metas, propostas e diretrizes para as políticas LGBT no âmbito do Governo Federal. A 2ª Conferência Nacional LGBT, além de construir novas diretrizes para as políticas públicas LGBT, teve o mérito de mobilizar um grande número de militantes de Direitos Humanos e da sociedade em geral nos estados e municípios do país. Nessa oportunidade, gestores e gestoras públicos integrantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário debateram e pensaram juntamente com a sociedade alternativas para o enfrentamento da homofobia, discriminação e preconceito ainda hoje vividos pela população LGBT do nosso país. (BRASIL, 2011, p.15)

A 2ª Conferência Nacional LGBT (BRASIL, 2011) ocorreu em Brasília-DF, de 15 a 18 de dezembro de 2011, e teve as seguintes Diretrizes aprovadas, na plenária final, em relação ao Turismo LGBT:

TURISMO

Diretriz 1 - Promover produtos e destinos, por meio da participação em eventos e feiras nacionais e internacionais de turismo e do segmento LGBT e da produção e distribuição de materiais promocionais específicos, acessíveis a públicos com deficiência, consolidando o Brasil como referência no turismo LGBT mundial.

Diretriz 2 - Promover o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, em especial da população LGBT, de acordo com o que preconiza a legislação vigente ao turismo em âmbitos nacional, estadual, distrital, e municipal.

Diretriz 3 - Promover a sensibilização, mobilização e capacitação de gestores públicos, prestadores de serviços e profissionais do turismo, visando preparar melhor os destinos e produtos brasileiros para um atendimento de excelência ao público LGBT, considerando suas especificidades e combatendo a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

Diretriz 4 - Captar eventos internacionais com vistas à geração de postos de trabalho, geração de renda e inclusão social da população LGBT.

Diretriz 5 - Criar editais que contemplem apoio a Paradas do Orgulho LGBT, eventos, programas, projetos, assim como a realização de estudos e pesquisas (de demanda e oferta) para estruturação de produtos e destinos turísticos LGBT, envolvendo o poder público, iniciativa privada e organizações da sociedade civil com transparência e fiscalização. (BRASIL, 2011, p.126)

Nas Diretrizes propostas e aprovadas nessa 2ª Conferência Nacional LGBT (BRASIL, 2011), verifica-se uma tendência a um olhar mais mercadológico/econômico acerca do Turismo LGBT, conforme é verificado nas Diretrizes 1, 3, 4 e 5. Em relação à Diretriz 2, sabe-se que a exploração sexual no turismo é um grave problema que acomete, sobretudo, crianças e adolescentes, incluindo-se menores LGBT's. Esta Diretriz é importante, urgente e necessária, também já discutida na 1ª Conferência Nacional LGBT, em 2008. Está, também, voltada a uma perspectiva social e de direitos humanos de LGBT's e/no (o) turismo.

Na 2ª Conferência Nacional LGBT, falou-se, na Diretriz 5, em apoio a estudos e pesquisas quanto à *oferta e demanda*, ou seja, mostra-se, com isso, uma visão econômica/mercadológica do Turismo LGBT. Nessa 2ª Conferência Nacional LGBT, nem se usa o termo “acadêmico” nas Diretrizes relacionadas a esses estudos e pesquisas relacionados ao turismo. Apesar desta Conferência falar em necessidade de criação de programas e projetos para LGBT's, não se diz, necessariamente, sobre o que versariam tais documentos.

A Diretriz 3, desse evento, mostra um intuito de sensibilizar a sociedade civil e os recursos humanos ligados aos equipamentos turísticos ou relacionados com o turismo. Esta Diretriz está baseada numa perspectiva de mercado, de tornar os destinos turísticos brasileiros "preparados" para bem atender essa clientela.

A sensibilização da sociedade civil é um dos motivos pelos quais existem as Paradas LGBT's. A Diretriz 5 propõe o estímulo à realização de tais eventos, mas observa-se que há um outro cunho também mercadológico/econômico nela, quando se pode inferir que tais eventos gerarão receita para os municípios. Este incentivo à realização das Paradas LGBT's parece ter um direcionamento mais mercadológico do que social.

Cinco anos após a 2ª Conferência Nacional LGBT (BRASIL, 2011), ocorre a 3ª e atual edição, chamada então de 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada de 24 a 27 de abril de 2016, em Brasília-DF (BRASIL, 2016b). Em relação ao Turismo

LGBT, a 3ª Conferência Nacional LGBT teve a seguinte proposta aprovada, dentro do Eixo 1- *de Políticas Intersetoriais, Pacto Federativo, Participação Social e Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Violência contra a população LGBT*. Neste item, aprovou-se:

1. criar documento de orientação do segmento de demanda LGBT para o trade turístico, inclusive quanto a mecanismos de proteção. (BRASIL, 2016b, p. 27)

O Eixo I, da 3ª Conferência Nacional LGBT (BRASIL, 2016b), informa que a:

implementação das políticas públicas de promoção e defesa dos direitos humanos da população LGBT passa pelo compromisso das diferentes instâncias da sociedade e do Estado e deve se dar de forma articulada entre os órgãos governamentais e a sociedade civil. Este eixo visa abordar e fortalecer políticas públicas intersetoriais voltadas à promoção da cidadania e ao enfrentamento da violência contra a população LGBT. No que diz respeito ao conteúdo, a discussão sobre a proposta de Política Nacional LGBT deve contemplar as áreas da saúde, educação, segurança pública, assistência social, cultura, **turismo**, lazer, trabalho, cidades, comunicação, habitação, previdência entre outras áreas das políticas públicas, compreendendo que os direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes. A cidadania só se efetiva plenamente se todos os direitos forem assegurados integralmente. Essa compreensão internacional fundamenta a necessidade de garantir a transversalidade das políticas LGBT. (BRASIL, 2016b, p.10, grifo nosso).

Esse documento reflete a necessidade de segmentação turística da demanda LGBT, mas não faz um detalhamento do que precisa ser feito, tal como bem delineado na 1ª Conferência Nacional LGBT, de 2008 e, de maneira mais modesta, na 2ª Conferência Nacional LGBT, em 2011. Faz-se uma proposta de transversalidade das políticas LGBT's, seguindo-se a uma tendência mundial que visa a garantia desses direitos. Nessa perspectiva intersetorial, consegue-se vislumbrar que os direitos humanos de LGBT's perpassam por diversos âmbitos da sociedade, daí a importância de uma integração entre setores. (BRASIL, 2016b).

Observa-se que no Eixo I, da 3ª Conferência Nacional LGBT, não há uma abordagem econômica/mercadológica do Turismo LGBT. Ela retoma, de maneira mais sintetizada, algumas ideias propostas e aprovadas na 1ª Conferência Nacional LGBT, de 2008 e faz uma releitura, ao mostrar uma atenção específica às questões de direitos humanos de LGBT's e às suas necessidades de políticas públicas integradas, de modo sistêmico e intersetorial.

Em suma, após entender as omissões do Governo Federal, por um lado e as propostas de inclusão social de LGBT's, na promoção de políticas públicas e direitos humanos, por outro, conseguiu-se ter uma visão processual sobre a temática LGBT e/no (o) turismo de maneira mais significativa. Dentre os documentos analisados, os mais significativos em relação a propostas de políticas públicas e direitos humanos para os LGBT's, não somente relacionadas ao Turismo LGBT, certamente, parecem ser as três edições realizadas das Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

3.3 Plano Nacional de Turismo, Lei Geral do Turismo, outros documentos importantes e Turismo LGBT

Após o breve levantamento feito acerca do que existe de mais expressivo, no Brasil, em relação às políticas públicas nacionais e direitos humanos de LGBT's e a suas vinculações ou não com o turismo ou, propriamente, o Turismo LGBT, partiu-se para investigar o que dizem alguns documentos específicos do turismo, referente a esse assunto.

O Plano Nacional de Turismo teve a sua primeira edição publicada em 2003, no mesmo ano em que o Ministério do Turismo foi criado (BRASIL, 2003).

O Ministério do Turismo, após sua constituição, cria o Plano Nacional de Turismo - PNT, cuja primeira edição teve uma vigência de 2003 a 2007. (BRASIL, 2003). Em relação à estruturação do PNT, a 1ª edição do documento informa que:

o Plano Nacional do Turismo é o instrumento de planejamento do Ministério do Turismo que tem como finalidade explicitar o pensamento do governo e do setor produtivo e orientar as ações necessárias para consolidar o desenvolvimento do setor do Turismo. (BRASIL, 2003, p.15).

O PNT é elaborado a partir de um diagnóstico que é feito sobre a realidade do turismo no país e, em cima disso, são estabelecidos programas, metas e diretrizes a serem seguidas. (BRASIL, 2003).

Ao analisar o conteúdo do PNT 2003-2007, verificou-se que não houve menção ao público LGBT e nem ao Turismo LGBT, conseqüentemente. Em 2003, já havia ocorrido duas edições do PNDH (1 e 2, respectivamente em 1996 e 2002) os quais, como se verificou anteriormente, ainda começavam a progredir nas propostas de ações programáticas para LGBT's. Nesse momento, também, ainda não havia ocorrido a 1ª

edição da Conferência Nacional LGBT, que viria acontecer em 2008 e nem o programa BSH, implantado em 2004. Talvez estes fatores possam ter influenciado na omissão aos LGBT's no PNT 2003-2007.

Em 2007, o MTur lança o 2º Plano Nacional de Turismo, com metas, programas e macroprogramas a serem cumpridos, no período de 2007-2010 (BRASIL, 2007). De acordo com este documento:

o Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010 – Uma Viagem de Inclusão, que aqui apresentamos, traz uma série de estratégias e medidas que vão representar um importante estímulo ao mercado interno. São propostas que abrem as portas do turismo nacional para que todos os brasileiros possam se beneficiar desse mercado. Seja como turista, como empregado, como prestador de serviço, seja como empresário. Seja por meio de cursos de qualificação profissional, da geração de novos empregos, da incorporação das camadas de mais baixa renda como clientes do mercado turístico, seja pela adoção de políticas segmentadas para aposentados, trabalhadores e estudantes. Enfim, o turismo interno será estimulado e abrirá novas portas para a inclusão social. (BRASIL, 2007, p. 7).

O PNT 2007-2010 (BRASIL, 2007) tem, em seu bojo, uma proposta de inclusão social que, na verdade, deixa falhas, sobretudo em relação ao público LGBT que, sequer, é citado na publicação (e, evidentemente, não se fala em Turismo GLBT, ou com outra sigla utilizada na época). Uma das intenções deste Plano, que se diz inclusivo, é fomentar a:

inclusão de novos clientes para o turismo interno, inclusão de novos destinos, **inclusão de novos segmentos de turistas**, inclusão de mais turistas estrangeiros, inclusão de mais divisas para o Brasil, inclusão de novos investimentos, inclusão de novas oportunidades de qualificação profissional, inclusão de novos postos de trabalho para o brasileiro. Inclusão para reduzir as desigualdades regionais e para fazer do Brasil um país de todos. (BRASIL, 2007, p.8)

A intenção pode ter sido boa e nesses novos “segmentos de turistas” poderiam estar incluídos os LGBT's, em um segmento específico, relacionado ao turismo, mas isso não fica claro ao longo do PNT 2007-2010 quanto a essa intencionalidade, tendo em vista a omissão desse público no documento.

E para não dizer que o público LGBT foi totalmente esquecido na publicação do PNT 2007-2010, eis que o documento faz uma referência a este segmento, mas sem dar representatividade, como se verifica a seguir:

o turismo deve construir caminhos para que possa ser, efetivamente, um direito de todos, independentemente de condição social, política, religiosa,

cultural e **sexual**, respeitando as diferenças, sob a perspectiva da valorização do ser humano e de seu ambiente. (BRASIL, 2007, p.15, grifo nosso).

Em 2004, o Ministério do Turismo implantou o Programa BSH, justamente com a intenção de combater a discriminação que os LGBT's sofrem cotidianamente. No PNT 2007-2010 sequer há o registro da palavra "homofobia" (é possível que, na época (2007), ainda não se falasse em lesbofobia, transfobia, bifobia ou LGBTfobia), ainda que sua proposta era de inclusão social.

Com a omissão do público LGBT no PNT 2003-2007 e no PNT 2007-2010, é natural que isso tenha virado uma das pautas que foi aprovada na 1ª Conferência Nacional LGBT, de 2008, em seu 8º Eixo Estruturante, no tópico 19, que se propõe a:

19. Incluir, nos próximos Planos Nacionais de Turismo, políticas públicas que visem a promoção do turismo LGBT. (BRASIL, 2008, p.217)

Essa referida menção aos LGBT's no texto de um Plano Nacional de Turismo somente vem a ocorrer, ainda com pouca expressividade, no PNT 2013-2016, elaborado no ano de 2013.

O PNT 2013-2016 – *O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil* (BRASIL, 2013), implantado durante o governo Dilma, surge em um momento importante para o país que estava prestes a sediar a Copa do Mundo Fifa 2014 e as Olimpíadas de 2016. O Plano traz metas audaciosas, como, por exemplo, quando o então Ministro Gastão Dias Vieira afirma que receber estes grandes eventos transformarão o país no terceiro maior Produto Interno Bruto turístico do mundo, até o ano de 2022. (BRASIL, 2013). Segundo a maior autoridade do MTur à época, um dos objetivos desta edição do Plano é que para:

sair da sexta para a terceira economia turística do planeta, ficando atrás apenas da China e dos Estados Unidos, exigirá um crescimento anual médio de mais de 8% no turismo, taxa superior ao crescimento médio dessa atividade no mundo e ao próprio crescimento do nosso PIB. É um desafio que o Ministério do Turismo e o governo brasileiro assumem com satisfação, cientes de que o turismo responderá com crescimento sustentado e sustentável, redução de desigualdades regionais, inclusão social e geração de emprego e renda. (BRASIL, 2013, p. 6).

O PNT 2013-2016 tem como diretrizes: *Geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; Participação e diálogo com a sociedade; Incentivo à inovação e ao conhecimento; e Regionalização*. (BRASIL, 2013). E quanto aos Objetivos

Estratégicos, o documento define que “considerando o diagnóstico do setor e tendo como referência as diretrizes que orientaram a elaboração deste Plano, identificam-se quatro grandes objetivos a serem perseguidos no horizonte definido” (BRASIL, 2013, p.64). Tudo isto relacionado à perspectiva econômica/mercadológica do turismo. Constata este viés economicista, também, nos objetivos estratégicos e nas ações que são propostas neste Plano, para que as metas sejam atingidas.

Evidentemente, a receita que o turismo pode proporcionar para um destino turístico é de suma importância para que exista a atividade turística. Mas o PNT 2013-2016 privilegia os aspectos econômicos/mercadológicos em detrimento de outros fatores, sobretudo os socioculturais, territoriais, antropológicos e de outras naturezas que estão relacionados com o setor. Neste plano, os LGBT's são citados em uma única ação proposta, no item 6.2.5 *Estruturar os segmentos turísticos priorizados*, conforme se vê a seguir:

formulação, coordenação, acompanhamento e articulação de políticas públicas para o ordenamento e o desenvolvimento dos segmentos turísticos, assim como promoção e **apoio a estudos e pesquisas acerca da oferta e da demanda turística segmentada**, especialmente os idosos, os jovens, as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e outros públicos segmentados como **lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT)**; fortalecimento dos arranjos institucionais e setoriais relacionados aos segmentos turísticos de oferta e demanda; e apoio à estruturação ou reposicionamento e à estruturação de produtos turísticos com foco nos segmentos de demanda e de oferta, agregando valor a esses produtos. Finalidade: apoiar o ordenamento e a consolidação dos segmentos turísticos nas regiões turísticas brasileiras, de modo a dar identidade a produtos turísticos, minimizar os efeitos da sazonalidade, e aumentar e diversificar a oferta turística no mercado doméstico e internacional. (BRASIL, 2013, p.86, grifo nosso).

Esta é a 1ª vez que o PNT cita os LGBT's em seu documento, ainda que de forma breve e motivada por um viés econômico/mercadológico de segmentação (conforme se verifica no grifo feito na citação do parágrafo anterior), sem se propor outros tipos de análise quanto às necessidades, particularidades, enfrentamento de preconceitos, dificuldades de espaços de socialização LGBT nos destinos turísticos e outras políticas públicas relacionadas aos LGBT's e/no (o) turismo, etc.

Existe uma ideia intrínseca de segmentar os LGBT's no turismo (BRASIL, 2013, p. 86), mas o PNT 2013-2016 não fala necessariamente da criação de um Turismo LGBT.

Após se verificar o conteúdo das três edições dos Planos Nacionais de Turismo, partiu-se para analisar o que diz ou não a Lei Geral do Turismo, de 2008, com relação aos LGBT's e/no (o) turismo.

A Lei nº 11.771, de 17 de Setembro de 2008 (BRASIL, 2008a), também conhecida como Lei Geral do Turismo, é um dos marcos regulatórios sobre o sistema turístico brasileiro. Esta normativa:

dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. (BRASIL, 2008a).

Ao analisar o conteúdo da Lei Geral do Turismo, de 2008, verificou-se não haver nenhum artigo, parágrafo, inciso ou alínea que fizesse alguma menção ao público LGBT ou à diversidade de gênero, orientação sexual e respeito às diferenças desta natureza. O mais “próximo” que se chegou disso foi o Artigo 5º, Inciso I, desta Lei, no qual se propõe: “democratizar e propiciar o acesso ao turismo no País a todos os segmentos populacionais, contribuindo para a elevação do bem-estar geral”. (BRASIL, 2008a).

Nesse mesmo Artigo 5º, da Lei Geral do Turismo, o Inciso XI mostra um outro objetivo da Política Nacional de Turismo que é: “desenvolver, ordenar e promover os diversos segmentos turísticos”. (BRASIL, 2008a). Mas, como se sabe, o Turismo LGBT não é um segmento oficializado pelo MTur e não se faz referência a ele na referida Lei.

E, por último, o Artigo 9º, Inciso II, da Lei supracitada (BRASIL, 2008a) propõe a “estimular a integração dos diversos segmentos do setor, atuando em regime de cooperação com os órgãos públicos, entidades de classe e associações representativas voltadas à atividade turística”. (BRASIL, 2008a). No entanto, no texto da Lei Geral do Turismo, também não são mencionados nenhum dos segmentos turísticos que já haviam sido demarcados pelos Marcos Conceituais do MTur, em 2006.

A omissão ao público LGBT na Lei Geral do Turismo de 2008 negligencia o *Programa Brasil Sem Homofobia* (BRASIL, 2004) e, também, o documento *Turismo Social - Diálogos do Turismo: uma viagem de inclusão*. (BRASIL, 2006a) que faz menção ao Turismo GLBT. O MTur, nesta última publicação citada (BRASIL, 2006a), inclui o público LGBT dentro de um Turismo Social, mas, de fato, não legitima o Turismo LGBT como um segmento independente e também não há um cuidado do

Legislativo, quando da redação da Lei Geral do Turismo, em 2008, em se analisar o conteúdo daquele documento já disponibilizado em rede nacional, com vistas a, pelo menos, mencionar os LGBT's em seu texto.

Dez anos após a publicação do documento referente ao Turismo Social, pelo MTur (BRASIL, 2006a), é lançada a Cartilha *Dicas para atender bem Turistas LGBT* (BRASIL, 2016). Esta iniciativa torna-se um instrumento importante e atende (ainda que tardiamente) a algumas propostas de discussão feitas quando da publicação do documento sobre Turismo Social, em 2006.

Essa proposta do MTur em promover a publicação de uma Cartilha educativa - com relação a esclarecimentos acerca do universo LGBT e recomendações de como bem atender os turistas LGBT's nos equipamentos turísticos - é pioneira e não deixa de ser parte de uma ação programática efetivada com base no que se começou a discutir especificamente sobre LGTB's e/no (o) turismo, a partir da 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT, realizada em 2008, em Brasília. Esta 1ª Conferência, inclusive, como visto anteriormente neste trabalho, propôs, em uma de suas ações programáticas, a inclusão dos LGBT's nos Planos Nacionais de Turismo, o que viria a ocorrer, acanhadamente, no PNT 2013-2016.

Vale ressaltar, por outro lado, que o PNT 2013-2016, pelo pouco que menciona os LGBT's, quando o faz, conforme foi dito aqui neste trabalho anteriormente, é baseado numa motivação econômica/mercadológica, ou seja, a inclusão social de LGBT's no turismo, de modo a bem atendê-los nos estabelecimentos comerciais (não necessariamente apenas turísticos), é devido ao *pink money* que este segmento movimenta.

A ideologia econômica e mercadológica por trás do discurso de inclusão social de LGBT's e/no (o) turismo fica subentendida no seguinte trecho da Cartilha (BRASIL, 2016, p.3) publicada pelo MTur:

para que cada um desses grupos seja bem atendido ao viajar, foram formulados guias de bolso destinados a orientar prestadores de serviços turísticos. O presente guia é fruto de uma parceria entre o Ministério do Turismo, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e o Ministério da Justiça.

Nele é possível encontrar conceitos e dicas para bem atender as pessoas LGBT, de modo a **facilitar a relação entre o prestador de serviço turístico e esse importante público consumidor**, que detém os mesmos direitos de toda a população. (BRASIL, 2016, p.3, grifo nosso).

Esse documento (BRASIL, 2016) traz um olhar mais atualizado a respeito de alguns conceitos básicos, quanto à definição do que são: identidade de gênero; orientação sexual; discriminações LGBTfóbicas (com referência a termos atuais sobre lesbofobia, gayfobia, bifobia e transfobia - mas não se fala em preconceito contra as travestis -); dentre outros assuntos.

Na página 39, da Cartilha (BRASIL, 2016, p.39), observa-se que as travestis e os homens trans são omitidos, quando a publicação fala sobre as *vestimentas das mulheres trans*. Neste item, esquece-se de que travestis e homens trans também chamam a atenção a respeito por suas vestimentas que não correspondem às expectativas sociais estabelecidas. Já na página 44, são omissos os casos envolvendo travestis e transexuais, quanto à forma de tratamento nos restaurantes, para quem se puxa a cadeira e para quem se coloca a comanda, quando os casais vão embora.

Ao se fazer uma relação entre o que foi encontrado sobre políticas públicas e direitos humanos, relacionados aos LGBT's e/no (o) turismo, inferiu-se que há, ainda, um longo caminho a ser trilhado. A seguir, será apresentada a segunda parte dos resultados obtidos desta pesquisa, em resposta ao segundo e ao terceiro objetivos específicos propostos neste trabalho.

4 PUBLICAÇÕES SOBRE TURISMO LGBT (2ª PARTE DOS RESULTADOS OBTIDOS – ANÁLISE DE CONTEÚDO)

Para atingir os objetivos propostos neste trabalho de conclusão de curso, fez-se uma busca no portal Google Acadêmico, com a palavra-chave *Turismo LGBT*, seguindo como critério: apenas trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos científicos e ensaios; livros publicados com ISBN; e utilização de amostra estabelecida a partir da triagem em ordem de visualização das ocorrências encontradas no GA, ou seja, os primeiros trabalhos obtidos.

Portanto, foram listadas 1.630 associações à palavra-chave Turismo LGBT. A opção pelo método qualitativo permitiu que se fizesse uma pequena amostragem de 1% das ocorrências apresentadas pelo referido portal. Assim, foram selecionados dezesseis trabalhos acadêmicos que atenderam aos critérios pré-estabelecidos. Então, fez-se a compilação dos dados nas Tabelas 1 e 2, as quais serão visualizadas no tópico 4.1.

4.1 Mapeamento das publicações associadas à palavra-chave Turismo LGBT no Portal Google Acadêmico

Por meio do método qualitativo, pela técnica de análise de conteúdo, fez-se uma amostra do que foi encontrado no GA através das seguintes categorias de análise:

- 1- Título da Publicação.
- 2- Tipo de Publicação (monografia, dissertação, tese, artigo científico, livro e ensaio – dentro dos critérios pré-definidos na introdução).
- 3- Entidade, Instituição ou Editora.
- 4- Palavras-chaves dos Resumos.
- 5- Concepção Abordada (principais, podendo ser mais de uma):
econômico/mercadológica; social; cultural; política ou outras.

Após a busca no Portal GA, atendendo-se aos critérios para rastreamento e exclusão de amostras, obteve-se o seguinte resultado, respondendo-se ao segundo objetivo específico desta pesquisa, conforme apresentam as Tabelas 1 e 2, a seguir.

Título da Publicação	Tipo de Publicação	Entidade, Instituição ou Editora	Palavras-chave dos Resumos	Concepção Abordada
1- Segmentação no Setor Turístico: O Turista LGBT de São Paulo	Artigo Científico	Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria	Segmentação, Turismo LGBT, Estratégias de Marketing	Econômico/Mercadológica
2- Consumo, exclusão social e a dinâmica de produção do território LGBT na área central de Uberlândia, MG	Artigo Científico	Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium	Consumo, Exclusão Social, Lazer, Sexualidade, Território	Social / Geográfica / Territorial
3- Turismo GLS e o Perfil do seu Público Consumidor na Região Norte do Paraná	Artigo Científico	Revista Turismo Visão e Ação	Turismo GLS, Homossexualidade, Segmentação de mercado	Econômico/Mercadológica
4- Turismo Pós-Moderno: o Segmento LGBT no Brasil	Artigo Científico	Revista Turismo: estudos e práticas	Turismo LGBT. Segmentos de Mercado. Turismo no Brasil. Pós-Modernidade	Econômico/Mercadológica
5- O Segmento do Turismo LGBT no Brasil	Artigo Científico	Salão de Ensino e de extensão da UNISC Universidade de Santa Cruz do Sul	Turismo LGBT, Oferta Turística, Sistemas do Turismo, Mercado Turístico, Hospitalidade	Econômico/Mercadológica
6- O Turismo LGBT em Brasília: desafios do lazer e da hospitalidade	Dissertação	Universidade de Brasília	Turismo. LGBT. Hospitalidade. Lazer. Brasília	Econômico/Mercadológica
7- Turismo LGBT e a Percepção do Gay Friendly nos Hotéis da Via Costeira em Natal/RN	Trabalho de Conclusão de Curso	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Turismo LGBT. Certificação Gay Friendly. Meios de Hospedagem	Econômico/Mercadológica
8- Trae Tus Coiores!: A (Sex)Usualidade no Turismo LGBT	Dissertação	Universidade Caxias do Sul	Turismo. Análise do Discurso; Ideologia; LGBT; Sujeito.	Social / Ideológica/ Psicológica

Tabela 1. Mapeamento referente ao Turismo LGBT no Google Acadêmico – Parte 1

Fonte: Elaborada pelo autor deste Trabalho de Conclusão de Curso, com base no que foi coletado no Portal Google Acadêmico.

Título da Publicação	Tipo de Publicação	Entidade, Instituição ou Editora	Palavras-chave dos Resumos	Concepção Abordada
9- A Hospitalidade dos Prestadores de Serviços para com os Turistas LGBT na Rua Farne de Amoedo, Ipanema, Rio de Janeiro (RJ)	Trabalho de Conclusão de Curso	Universidade Federal Fluminense	LGBT. Hospitalidade. Turismo. Ipanema. Rio de Janeiro-RJ	Percepção Social
10- Um Estudo sobre a Percepção dos Clientes LGBT em relação aos serviços prestados pela boate Vogue - Natal/RN	Trabalho de Conclusão de Curso	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Percepção; Clientes LGBT; Serviços; Boate Vogue	Econômico/Mercadológica
11- A Importância da Comunidade LGBT como Segmento de Interesse da Hotelaria	Artigo Acadêmico nos modelos de TCC	Universidade Federal Fluminense	Hotelaria. Segmentação. LGBT. Gay Friendly.	Econômico/Mercadológica
12- Verificar a Viabilidade de Implantação de um Espaço para a realização de Eventos e Recepções LGBT em Natal RN	Trabalho de Conclusão de Curso	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Eventos. Público LGBT. Natal/RN.	Econômico/Mercadológica
13- Gestão da Qualidade dos Serviços Turísticos oferecidos ao Grupo LGBTTS em Agências de Turismo em Ponta Negra, Natal/Brasil	Trabalho de Conclusão de Curso	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Turismo LGBT. Agências. Natal RN	Econômico/Mercadológica
14- Parada do Orgulho LGBT: uma estratégia midiática de visibilidade cultural	Artigo Científico	Revista Políticas Públicas & Cidades,	Parada LGBT. Movimento LGBT. Megaeventos. Cultura LGBT	Social
15- Territorialidades na parada LGBT de Juiz de Fora - MG	Artigo científico	Caderno Prudentino de Geografia	Turismo; Territorialidades; Parada do Orgulho Gay	Social/Geográfica
16- Vínculos entre Turismo, Eventos e o Patrimônio Imaterial em Juiz de Fora, Minas Gerais: uma reflexão sobre o processo de registro do "Miss Brasil Gay"	Artigo Científico	Revista ABET - Anais Brasileiros de Estudos Turísticos	Cultura. Patrimônio histórico-cultural. Turismo de eventos. Miss Brasil Gay. Juiz de Fora/MG.	Cultural

Tabela 2. Mapeamento referente ao Turismo LGBT no Google Acadêmico – Parte 2

Fonte: Elaborada pelo autor deste Trabalho de Conclusão de Curso, com base no que foi coletado no Portal Google Acadêmico.

4.2 Análise de dados referente ao Mapeamento das publicações associadas à palavra-chave Turismo LGBT no Portal Google Acadêmico

Os trabalhos acadêmicos coletados e que correspondiam aos critérios pré-definidos estabelecidos para esta pesquisa foram dispostos nas Tabelas 1 e 2, do tópico 4.1, por ordem de visualização no GA e foram obtidos 16 resultados.

Das amostras coletadas, 50% delas (oito ocorrências) foram de Artigos Científicos, (cinco) de Trabalhos de Conclusão de Curso, (duas) Dissertações de Mestrado e (um) Artigo Acadêmico nos moldes de Trabalho de Conclusão de Curso.

Um fato curioso é que, dentre a amostragem coletada, não aparecem Teses de Doutorado. É possível que isso seja oriundo da escassez de Doutorados em Turismo no Brasil, conforme se verifica na Figura 1, a seguir, retirada da Plataforma Sucupira, do Portal da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior):

Instituição de Ensino	UF	Total de Programas de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
		Total	ME	DO	MP	ME/DO	Total	ME	DO	MP
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE (IFS)	SE	1	0	0	1	0	1	0	0	1
UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI (UAM)	SP	2	0	0	1	1	3	1	1	1
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)	DF	1	0	0	1	0	1	0	0	1
UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (UCS)	RS	1	0	0	0	1	2	1	1	0
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)	SP	1	1	0	0	0	1	1	0	0
UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ (UNIVALI)	SC	1	0	0	0	1	2	1	1	0
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)	CE	1	0	0	1	0	1	0	0	1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)	PE	1	1	0	0	0	1	1	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)	PR	1	1	0	0	0	1	1	0	0
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)	RN	1	0	0	0	1	2	1	1	0
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)	RJ	1	1	0	0	0	1	1	0	0
Totais		12	4	0	4	4	16	8	4	4

ME: Mestrado Acadêmico
DO: Doutorado
MP: Mestrado Profissional
ME/DO: Mestrado e Doutorado

Figura 1. Cursos de Mestrado e Doutorado em Turismo recomendados e reconhecidos

Fonte: Disponível em: <

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoIes.jsf?areaAvaliacao=27&areaConhecimento=61300004>>. Acesso em 25 dez. 2017.

De acordo com os dados apresentados pela Figura 1., existe apenas um único curso de Doutorado em Turismo vigente numa universidade pública, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Os outros três cursos de Doutorado em Turismo são em instituições privadas (Universidade Anhembi Morumbi, Universidade de Caxias do Sul e na Universidade do Vale do Itajaí). A Universidade Federal de Minas Gerais (não listada na Figura 1.) possui o Doutorado Interdisciplinar em Estudos de Lazer, também relacionado ao turismo.

Essa escassez de cursos de Doutorado em Turismo no ensino superior público pode refletir no volume de produções acadêmicas em termos de teses de doutoramento, ainda que isso não impeça doutorandos de áreas relacionadas ao turismo abordarem a temática acerca do Turismo LGBT em seus trabalhos.

Com relação às amostras coletadas de publicações feitas em instituições, entidades ou editoras de universidades públicas, observam-se quatro trabalhos referentes a assuntos sobre Turismo LGBT na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, de autores diferentes. Como é do conhecimento da comunidade científica do turismo, a UFRN é uma das universidades públicas mais atuantes e fortes nos estudos de turismo

no Brasil, tendo em vista que possui, inclusive, como visto anteriormente, o único curso de Doutorado em Turismo no país, em uma instituição federal. É possível que, por conta do prestígio e volume de produções acadêmicas que a UFRN tem na área do turismo, isso tenha se refletido em um maior número de ocorrências coletadas de trabalhos publicados nesta universidade.

Ao serem feitas as buscas no GA, evidentemente, não se teria tempo hábil para a leitura integral de todas as amostragens selecionadas. Por conta disso, colocou-se como um dos critérios de análise a leitura apenas dos resumos e das palavras-chaves, pois, assim, já se teria uma ideia quanto ao conteúdo de tais publicações.

Ao serem analisados os títulos das amostras selecionadas no GA, listadas nas Tabelas 1 e 2, constatou-se que a sigla LGBT apareceu em treze ocorrências e, em uma delas, grafada com uma variação não oficial: LGBTTS - *Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Simpatizantes*. Portanto, verifica-se uma expressiva produção acadêmica recente, tendo em vista que a atual sigla LGBT, conforme visto aqui nesta pesquisa, foi oficializada pela militância LGBT em 2008.

A análise do conteúdo integral dos resumos e das palavras-chaves da amostragem obtida e selecionada no GA foi de suma importância para a categorização de cada publicação em relação à sua *Concepção Abordada*.

Na categoria de análise *Concepção Abordada*, foram encontrados apenas dois trabalhos que foram considerados como uma abordagem prioritariamente *social* do Turismo LGBT: os itens 9 e 14, da Tabela 2. O item 9 - *Percepção Social* foi considerada uma categoria única, associada como uma *abordagem social*, para fins estatísticos. Na amostra nº 14, da Tabela 2, os *aspectos sociais de abordagem* ficaram evidentes no resumo e subentendidos os aspectos culturais (tendo em vista que a Parada do Orgulho LGBT não deixa de ser uma manifestação cultural). E, também, trata-se de um ato político. Portanto, a amostra nº 14, teria sub abordagens (*política e cultural*) depreendidas de uma visão *social* previamente transposta em seu resumo.

Numa *Concepção Abordada* mesclada entre vieses *sociais* e de outras naturezas (*territoriais, geográficas, psicológicas, políticas, ideológicas, culturais, etc*), associados ao Turismo LGBT, foram encontradas três ocorrências (os itens 2 e 8, da Tabela 1 e o item 15, da Tabela 2), que, somadas às amostras 9 e 14, da Tabela 2, deram um total de cinco ocorrências em que se observou o aspecto *social* como bastante presente nos textos, totalizando: 31,25% do total das dezesseis amostras coletadas no GA. Mesmo

assim, em alguns casos, não necessariamente este aspecto será o mais relevante em seus textos.

Uma única ocorrência foi considerada na categoria *Concepção Abordada* como uma abordagem majoritariamente *cultural* do Turismo LGBT, referindo-se ao item 16, da Tabela 2, representando, então, 6,25% do total das dezesseis amostras coletadas no GA.

As ocorrências em que houve uma dupla ou tripla associação de *Concepções Abordadas* são pelo fato de que seus resumos apresentaram elementos nos quais não foi possível ou ficou difícil de se identificar apenas uma única abordagem, conforme se verifica nos itens 2 e 8, da Tabela 1 e no item 15, da Tabela 2. Contudo, para fins estatísticos, os *aspectos sociais*, mesmo associados a outras *concepções abordadas*, foram computados como parte de um mesmo agrupamento em conjunto com outros aspectos observados em algumas amostras, tais como os ideológicos, territoriais, psicológicos e geográficos associados ao Turismo LGBT.

Quanto às ocorrências classificadas numa percepção *econômico/mercadológica*, esta *Concepção Abordada* foi considerada única, na qual estão intrínsecos e inseparáveis ambos os aspectos. Nesse sentido, foram listadas dez amostras cujos conteúdos giravam em torno destes aspectos associados ao Turismo LGBT. Alguns trabalhos, inclusive, no seu próprio título, deixavam evidentes essa conotação capitalista, tal como se verifica nos itens 3 e 7, da Tabela 1 e nos itens 10, 11, 12 e 13, da Tabela 2. Em outros trabalhos coletados, a sua natureza *econômico/mercadológica* foi observada não em seus títulos, mas nas suas palavras-chaves, como, por exemplo, nos itens 1 e 5, da Tabela 1. As amostras nas quais não se conseguiu ter uma nitidez quanto a uma possível vinculação a uma abordagem *econômico/mercadológica*, com a leitura de seus títulos e das palavras-chaves, foram associadas através da leitura de seus resumos, por exemplo, como se verifica nos itens 4 e 6, da Tabela 1.

Como dito anteriormente, das dezesseis publicações selecionadas no GA, em dez delas houve uma predominância de uma *Concepção Abordada econômico/mercadológica*, o que correspondeu a 62,50% dos dados obtidos, ou seja, um número bem considerável e que corrobora com a visão inicial de que se tinha sobre a maioria dos trabalhos acadêmicos versarem acerca destes aspectos. Ou seja, um número bem significativo. Portanto, confirma-se a hipótese inicial apresentada neste TCC.

Segundo Bardin (1977, p. 98):

uma hipótese é uma afirmação provisória que nos propomos verificar (confirmar ou infirmar), recorrendo aos procedimentos de análise. Trata-se de uma suposição cuja origem é a intuição e que permanece em suspenso enquanto não for submetida à prova de dados seguros. O objectivo é a finalidade geral a que nos propomos (ou que é fornecida por uma instância exterior), o quadro teórico e/ou pragmático, no qual os resultados obtidos serão utilizados. (SIC). (BARDIN, 1977, p. 98).

A confirmação da hipótese inicial fica clara ao final deste TCC, tendo sido seguidas todas as etapas metodológicas que foram definidas na *Introdução*, com todos os objetivos específicos alcançados, bem como o objetivo principal. A pesquisa no GA serviu para constatar que começa a existir uma bibliografia acadêmica acerca do Turismo LGBT, ainda que se tenha observado uma predominância pelos aspectos econômicos e mercadológicos em suas abordagens. Sobretudo, baseados em estudos de oferta e demanda de determinados destinos turísticos brasileiros, de que *gays* e *lésbicas*, normalmente, têm poder aquisitivo elevado e, com isso, mais dinheiro para gastar com lazer e viagens, ou seja, uma visão ainda generalizada a respeito dos LGBT's e/no (o) turismo.

Os trabalhos que abordam o Turismo LGBT sob um ponto de vista *social*, associando-se ou não com outras concepções de análise, de maneira geral, ainda precisam avançar em quantidade e nas questões de propostas de políticas públicas e direitos humanos para LGBT's e/no (o) turismo. Por outro lado, os trabalhos que privilegiam um olhar *econômico/mercadológico* acerca do fenômeno são perfeitamente legítimos e necessários, entretanto, é preciso que haja um equilíbrio entre o volume de publicações que foquem nestes aspectos e textos que se proponham a outros tipos de olhares, com abordagens específicas ou mistas, referentes aos aspectos *sociais, culturais, territoriais, ideológicos, psicológicos, políticos, etc, e/no (o) Turismo LGBT*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não basta apenas ser um turista LGBT em um destino turístico para que se esteja vinculado a um tipo de turismo voltado às questões de gênero, sexo e desejo. É preciso, primeiramente, definir o que seria o Turismo LGBT, as motivações principais que o caracterizaria, a construção de perfis de viajantes mais pulverizada e menos reducionista, levando-se em consideração as interseccionalidades de raça e classe, dentre outros fatores. Sobretudo, não se pode esquecer de que esses indivíduos poderão praticar, também, outros tipos de turismo dentro dos destinos visitados (ecoturismo, turismo de sol e praia, etc). Portanto, é preciso analisar a motivação principal do viajante LGBT: se foi algo relacionado a um evento LGBT; a uma parada *gay*; a um encontro de lésbicas; a um *bate-cabelo* de travestis; a uma confraternização entre transexuais masculinos ou femininos em uma boate LGBT; a uma Cultura LGBT intrínseca que se cria nos destinos turísticos; se foi o próprio destino turístico ou os equipamentos turísticos envolvidos/ associados (por exemplo, um hotel temático ou um navio que faça um cruzeiro *gay*); ou se a motivação ocorre única e exclusivamente relacionada aos aspectos de identidade de gênero e orientação sexual coletivos. Nem sempre o Turismo LGBT será a motivação principal do viajante, considerando-se a categorização desse tipo de turismo vinculado às questões de gênero, sexo e desejo. No âmbito mercadológico, os empreendimentos (turísticos ou associados) continuam segmentando o Turismo LGBT à sua maneira. Academicamente, é preciso que se avancem nos conceitos, definições, nos limites e possibilidades de sua ocorrência.

Ao longo desta pesquisa, foram surgindo pontos interessantes, mas que não tinham como ser encaixados neste trabalho, por razões metodológicas. Observaram-se possíveis Eixos Temáticos relacionados ao Turismo LGBT e que precisam ser investigados cientificamente:

- 1- Ser um Turista LGBT não implica, necessariamente, que se esteja fazendo/praticando/experimentando um tipo de Turismo LGBT. E que tipos de espaços, atrativos, produtos, serviços, equipamentos turísticos e destinos turísticos proporcionariam esta tipologização de turismo?
- 2- Nem todos os LGBT's estarão envolvidos dentro de um mesmo Turismo LGBT. Por exemplo, um turista *gay*, que viaja num cruzeiro exclusivamente *gay*, não estará fazendo Turismo LGBT, pois, naquele estabelecimento, não há, talvez, a

presença de lésbicas, travestis e mulheres/homens trans. Possivelmente ele esteja fazendo um Turismo Gay.

- 3- O Turismo LGBT é uma segmentação de mercado e não é, ainda, considerado um segmento oficial pelo MTur. No entanto, é preciso cautela para se propor uma imagem do Brasil como um país “gay friendly” sendo que, conforme visto aqui neste trabalho, o país ainda tem grandes índices de assassinatos de LGBT’s motivados por transfobia, lesbofobia, homofobia, bifobia e LGBTfobia.
- 4- Existiria Turismo Lésbico? Turismo Trans? Turismo para Travestis? Turismo Bi? O Turismo LGBT representa, de fato, todas as atrizes e atores envolvidos nesta sigla?
- 5- O que é o Turismo LGBT, de fato? (Conceitos e definições que superem uma visão econômica/mercadológica do fenômeno).

E, por sugestão da banca que avaliou este TCC, pode-se pensar, também, em outros Eixos Temáticos a serem investigados em trabalhos futuros:

- 1- Quais caminhos necessários para a construção de políticas públicas para LGBT’s e/no (o) turismo? (Criação de selos de espaços seguros; mapeamento das legislações locais; trânsito livre de violência e outras propostas).
- 2- Cultura LGBT e o turismo.
- 3- Os equipamentos turísticos possuem recursos humanos preparados para atender aos turistas LGBT’s?

Para o pesquisador deste TCC, foi importante, primeiramente, entender a forma como o Turismo LGBT vem se consolidando numa perspectiva econômica/mercadológica, para se tentar analisá-lo por um viés mais social, cultural, político, humanista, territorial ou com outros olhares.

Não se teve conhecimento, aqui, de algum trabalho acadêmico que tenha problematizado as questões de raça e classe dentro da perspectiva de gênero e turismo, com propostas de análise interseccional sobre o Turismo LGBT. Assim, pensa-se que pode ter havido uma contribuição significativa deste TCC para futuras discussões acadêmicas, não somente deste pesquisador, mas também de outros estudiosos da temática.

REFERÊNCIAS

ALBERT ZINANI, Cecil Jeanine. Crítica feminista: uma contribuição para a história da literatura. In: IX Seminário Internacional de História da Literatura, 2012, Porto Alegre. **Anais eletrônicos**. Porto Alegre: Edipucrs, 2011. p. 407-415. Disponível em: < <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0198-8/Trabalhos/18.pdf> >. Acesso em: 09 out. 2017.

ALCÂNTARA COSTA, Ana Alice. O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma Intervenção Política. **Revista Gênero**, Universidade Federal Fluminense. V. 5, n. 2, 2005. Disponível em: < <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380> >. Acesso em 11 dez. 2017.

AMORIM CORREIA, Ana Maria. **Diversidade Cultural no Governo Lula**: Um olhar para a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural. 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Milton Santos. Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: < <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/handle/ri/14834> >. Acesso em 15 dez. 2017.

ANGELI, Érika Alessandra de. Turismo GLS. In: **Turismo**: Segmentação de Mercado. ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (org.). São Paulo: Futura, 1999.

ARAÚJO, Neuza Farias de; MALHEIROS, David. A participação das mulheres na política institucionalizada do Distrito Federal: Um olhar sobre atuações e repercussões no turismo sustentável. **Revista Cenário**, Brasília, V.1, n.1, págs. 108-121, 2013. Disponível em: < <file:///C:/Users/oume/Downloads/9904-31978-1-PB.pdf> >. Acesso em 10 dez. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BASTOS ALVES, Maria Lucia. Reflexões sobre a Pesquisa Qualitativa aplicada ao Turismo. In: **Revista Turismo em Análise**. Vol. 22, n. 3, dezembro 2011, p. 599-613. ISSN 1984-4867. Disponível em: < <file:///C:/Users/oume/Downloads/14265-17243-1-PB.pdf> >. Acesso em 16 dez. 2017.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998.

BENI, Mário Carlos. Política e Planejamento Estratégico no Desenvolvimento Sustentável do Turismo. In: **Revista Turismo em Análise**, v. 17, n. 1, p. 5-22, maio 2006. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/68228/70775> >. Acesso em 14 dez. 2017.

BENI, Mário Carlos; MOESCH, Marutschka. A Teoria da Complexidade e o Ecossistema do Turismo. In: **Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica**, Vol. 19 - n. 3 - set. - dez. 2017. Disponível em: < <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/11662/6706> >. Acesso em 12 dez. 2017.

BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista**: conceitos e tendências. Maringá: Eduem, 2007. Apud ALBERT ZINANI, Cecil Jeanine. Crítica feminista: uma contribuição para a história da literatura. PPGLET – Universidade de Caxias do Sul, 2011. Disponível em: < <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0198-8/Trabalhos/18.pdf> >. Acesso em: 09 out. 2017.

Bourdieu, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, 160p. Disponível em: < file:///C:/Users/oume/Downloads/bourdieu_dominacaomasculina.pdf >. Acesso em 11 dez. 2017.

BRANCO, Patrícia. Do Gênero à Interseccionalidade: Considerações sobre Mulheres, hoje em contexto Europeu. In: **Revista Julgar**. nº 4, Lisboa, 2008. (Versão Online). ISSN da JULGAR Online: 2183-3419. Disponível em: < <http://julgar.pt/do-genero-a-interseccionalidade-consideracoes-sobre-mulheres-hoje-e-em-contexto-europeu/> >. Acesso em 07 dez. 2017.

BRASIL (1988). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição de 1988**. Brasília, 5 de Outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em 07 dez. 2017.

BRASIL (1996). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 1.904, de 13 de Maio de 1996**. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília, 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1904.htm >. Acesso em 10 dez. 2017.

BRASIL (1996a). Presidência da República. Governo Fernando Henrique Cardoso. **Programa Nacional de Direitos Humanos. PNDH-1**. Ministério da Justiça: Brasília, 1996. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/programa-nacional-de-direitos-humanos-1996.pdf/view> >. Acesso em 20 dez. 2017.

BRASIL (2002). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 4.229, de 13 de Maio de 2002**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, instituído pelo Decreto nº 1.904, de 13 de Maio de 1996, e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4229.htm >. Acesso em 10 dez. 2017.

BRASIL (2002a). Governo Federal. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **PNDH-2**. Ministério da Justiça: Brasília, 2002. Disponível em: < <http://www.observatoriodeseguranca.org/boas+praticas/dh/pndh> >. Acesso em 20 dez. 2017.

BRASIL (2003). **Plano Nacional de Turismo 2003-2007**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf >. Acesso em 10 dez. 2017.

BRASIL (2004). CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília : Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf >. Acesso em 10 dez. 2017.

BRASIL (2004a). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.036 de 7 de Abril de 2004**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5036.htm >. Acesso em 10 dez. 2017.

BRASIL (2006). Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo**: Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo.

BRASIL (2006a). Ministério do Turismo. **Turismo social. Diálogos do Turismo**: uma viagem de inclusão. Rio de Janeiro: Ministério do Turismo / Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, 360 p. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Dilogos_do_Turismo_uma_viagem_de_inclusao.pdf >. Acesso em 29 out. 2017.

BRASIL (2007). Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo - **PNT 2007-2010**. Ministério do Turismo: Brasília, 2010. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf >. Acesso em 21 dez. 2017.

BRASIL (2008). Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - GLBT**. Brasília: 05 a 08 de junho de 2008. Disponível em: < <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/anais-1a-conferencia-nacional-lgbt-2> >. Acesso em 15 dez. 2017.

BRASIL (2008a) . **Lei nº 11.771, de 17 de Setembro de 2008.** Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm >. Acesso em 16 dez. 2017.

BRASIL (2009). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.037 de 21 de Dezembro de 2009.** Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm >. Acesso em 10 dez. 2017.

BRASIL (2010). Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo e o Mercado.** 1ª Edição. Brasília: Ministério do Turismo. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf >. Acesso em 13 dez. 2017.

BRASIL (2010a). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.177 de 12 de Maio de 2010.**

Altera o Anexo do Decreto no 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3. Brasília, 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7177.htm >. Acesso em 10 dez. 2017.

BRASIL (2010b). Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (**PNDH-3**) / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - - ver. e atual. - - Brasília : SEDH/PR, 2010. Disponível em: < <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3> >. Acesso em 18 dez. 2017.

BRASIL (2011). BRASIL (2011). Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Conselho Nacional LGBT. **Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT.** "Por um país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais". Brasília, 15 a 18 de dezembro de 2011. Disponível em: < <http://www.mdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/anais-2a-conferencia-nacional-lgbt-1> >. Acesso em 15 dez. 2017.

BRASIL (2012). Ministério do Turismo. **Turismo brasileiro contra a homofobia.** Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/4198-turismo-contra-a-homofobia.html> >. Acesso em 11 nov. 2017.

BRASIL (2013). **Plano Nacional de Turismo 2013-2016.** O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2013. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_2013.pdf >. Acesso em 11 dez. 2013.

BRASIL (2016). Ministério do Turismo. **Dicas para atender bem turistas LGBT.** Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/images/pdf/03_11_2016_Cartilha_LGBT.pdf >. Acesso em: 04 nov. 2017.

BRASIL (2016a). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 8.837 de 17 de Agosto de 2016.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cultura, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal - FCPE. Brasília, 2016. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8837.htm >. Acesso em 10 dez. 2017.

BRASIL (2016b). Presidência da República. **Relatório Final – 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e**

Transexuais. Brasília, 2016. Disponível em: < <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/relatorio-final-3a-conferencia-nacional-lgbt-1/> >. Acesso em 11 dez. 2017.

BRASIL (2017). LEICK, Rafael. **Destinos Gay Friendly no Brasil.** In: Sítio eletrônico do Ministério do Turismo. Publicado em 17 de Maio de 2017. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/7789-destinos-gay-friendly-no-brasil.html> >. Acesso em 25 nov. 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero.** 8ª edição. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANABARRO, Ronaldo. História e Direitos sexuais no Brasil: o movimento LGBT e a discussão sobre cidadania. In: II Congresso Internacional de História Regional, 2013, Passo Fundo - RS. **Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional** (2013). Disponível em: < <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/historiaedireitoscannabarro.pdf> >. Acesso em 20 out. 2017.

CAPEL. Disponível em: < <http://www.periodicos.capes.gov.br/> >. Acesso em 10 nov. 2017.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Bagoas : Revista de Estudos Gays**, v. 4, p. 131-149, 2010. Disponível em: < <file:///C:/Users/oume/Downloads/2316-6431-1-PB.pdf> >. Acesso em: 15 dez. 2017.

CARVALHO, Maysa Sena de; MOESCH, Marutschka. Turismo como fenômeno social e suas implicações no espaço rural. In: **Revista Brasileira de Ecoturismo.** São Paulo, v.6, n.2, mai/jul-2013, pp.442-457. Disponível em: < <http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/439/463> >. Acesso em 16 dez. 2017.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo.** São Paulo: Futura, 1998.

ESPELHO DE SOUZA, Camila Rodrigues et. al. Direitos fundamentais e o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) no Brasil. In: Direito e Sociedade: **Rev. Estudos Jurídicos e Interdisciplinares**, Catanduva, v. 7, n. 1, jan./dez. 2012, págs. 87-99. Disponível em: < <http://fundacaopadrealbino.org.br/facfipa/ner/pdf/ed07dirpsite.pdf#page=88> >. Acesso em 15 dez. 2017.

FACCHINI, Regina. **“Sopa de Letrinhas”? Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90:** um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. 241 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP. Disponível em < <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/282012> >. Acesso em 12 dez. 2017.

FACCHINI, Regina. **Movimento Homossexual no Brasil:** recompondo um histórico. São Paulo: Unicampi. Cad. AEL, v.10, n.18/19, 2003. Disponível em: < <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2510/1920> >. Acesso em 12 dez. 2017.

FACCHINI, R.; SIMÕES, J. A. **Na trilha do arco-íris:** do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** 2ª ed. 18. Impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GASTAL, Suzana; MOESCH, Marutschka Martini. **Turismo, Políticas Públicas e Cidadania.** São Paulo: Aleph, 2007, - (Coleção ABC do Turismo).

GOOGLE ACADÊMICO. Disponível em: < <https://scholar.google.com.br/> >. Acesso em: 10 nov. 2017.

GORISCH, Patrícia Cristina Vasques de Souza. **O Reconhecimento dos Direitos LGBT como Direitos Humanos.** Dissertação (Mestrado em Direito Internacional). 2013. 102 f.

Universidade Católica de Santos, Santos-SP. Disponível em: < <http://biblioteca.unisantos.br:8181/bitstream/tede/1564/2/Patricia%20Cristina%20V.de%20S.%20Gorisch.pdf> >. Acesso em 11 dez. 2017.

GUEDES, Maria Eunice Figueiredo. Gênero, o que é isso? **Psicologia: Ciência e Profissão**. Vol.15 no.1-3. Brasília, 1995. ISSN 1414-9893. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931995000100002 >. Acesso em 25 set 2017.

GUERRA, Ágatha Rita Dorotéia Tavares. **O Turismo LGBT em Brasília: desafios do lazer e da hospitalidade**. Dissertação (Mestrado em Turismo). 2015. 83 f. - Centro de Excelência em Turismo. Universidade de Brasília, Brasília-DF. Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/18346> >. Acesso em 12 dez. 2017.

HOOKS, Bell. Mulheres Negras – moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Nº 16. Brasília, Jan./Apr. 2015. Disponível em: < <http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/15309/10931> >. Acesso em 11 dez. 2017.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Tradução de Contexto Traduções. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Aleph, 2009
Leick, Rafael. Destinos Gay Friendly no Brasil. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/7789-destinos-gay-friendly-no-brasil.html> >. Acesso em 11 nov. 2017.

LEICK, Rafael. **Destinos Gay Friendly no Brasil**. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/7789-destinos-gay-friendly-no-brasil.html> >. Acesso em 11 nov. 2017.

LIONÇO, Tatiana. **Um olhar sobre a transexualidade a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica**. Tese (Doutorado em Psicologia). 2006. 150 f. – Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília, Brasília-DF. Disponível em: < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3297/1/tatiana_lionco.pdf >. Acesso em 23 nov. 2017.

MORESCHI, Gabriela; MARTINS, Raphael; CRAVEIRO, Camila. **Pink Market: o marketing em crescimento**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste: Cuiabá-MT, 8 a 10 de junho de 2011. Disponível em: < <http://intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2011/resumos/R27-0241-1.pdf> >. Acesso em 12 nov. 2017.

MOTT, Luiz. Anti-homossexualidade: a gênese da homofobia. In: **Revista de Estudos e Cultura**, nº 02, Universidade Federal de Sergipe, Mai/Ago 2015. Disponível em: < <https://seer.ufs.br/index.php/revec/article/view/4244> >. Acesso em 15 dez. 2017.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes V. **Sociologia do Turismo**. Campinas-SP: Papyrus, 1995 (Coleção Turismo).

PERET, Luis Eduardo Neves. Pegação, Cidadania e Violência: as Territorialidades do Imaginário da População LGBT do Rio de Janeiro. **Revista Contemporânea**. UERJ. Ed. 14, Vol. 8, Nº 1, 2010. Disponível em: < http://www.e-publicacoes_teste.uerj.br/ojs/index.php/contemporanea/article/view/696/720 >. Acesso em 12 dez. 2017.

PINO, Nádia Perez. **A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos**. Cadernos Pagu, janeiro-junho de 2007, p. 149-174. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n28/08.pdf> >. Acesso em 27 nov. 2017.

ROSSI, Alexandre José. **Avanços e Limites da Política de Combate à Homofobia: uma análise do Processo de Implementação das Ações para a Educação do Programa Brasil Sem**

Homofobia. Dissertação (Mestrado em Educação). 2010. 185 f. – Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/24151/000744758.pdf?sequence=1> >. Acesso em 15 dez. 2017.

SANITÁ Azevedo, Maurício et al. Segmentação no setor Turístico: O turista LGBT de São Paulo. **Revista de Administração da UFMS**: Santa Maria-RS, v. 5, n. 3, p. 493-506, 2012. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/3852> >. Acesso em 03 nov. 2017.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Ascensão do prazer na sociedade atual: turismo GLS. In: NETTO, Alexandre Panosso; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Org.). **Segmentação do mercado turístico**: estudos, produtos e perspectivas. Barueri: Manole, 2009. p. 141-163.

VIEIRA, José Carlos. **Democracia e direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2005.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino**: dominação das mulheres e homofobia. Tradução de Miriam Pilar Grossi. Cadernos Pagu. Estudos Feministas 2/2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>>. Acesso em 22 set. 2017.